

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

LEANDRO TADEU BARBOSA PIMENTA

GUERRA CIVIL EM ANGOLA: UMA DISPUTA PELO PODER

**VIÇOSA – MINAS GERAIS
2014**

LEANDRO TADEU BARBOSA PIMENTA

GUERRA CIVIL EM ANGOLA: UMA DISPUTA PELO PODER

**Monografia apresentada ao curso de Geografia da
Universidade Federal de Viçosa como requisito para
obtenção do título de Bacharel em Geografia.**

Orientador: Prof. Dr. Ulysses da Cunha Baggio

**VIÇOSA – MINAS GERAIS
2014**

LEANDRO TADEU BARBOSA PIMENTA

GUERRA CIVIL EM ANGOLA: UMA DISPUTA PELO PODER

**Monografia apresentada ao curso de Geografia da
Universidade Federal de Viçosa como requisito
para obtenção do título de Bacharel em Geografia.**

APROVADA: _____ de _____ de 2014.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Ulysses da Cunha Baggio – DGE/UFV
(Orientador)

Profa. Dra. Lídia Lúcia Antongiovanni – DGE/UFV
(Examinadora)

Profa. Dra. Maria Isabel de Jesus Chrysostomo – DGE/UFV
(Examinadora)

**VIÇOSA – MINAS GERAIS
2014**

Agradecimentos

Agradeço primeiramente à Deus por guiar sempre os meus passos.

À minha querida mãe que sempre esteve junto comigo nos bons e maus momentos.

À toda minha família pelo apoio e incentivo.

Agradeço também aos meus amigos da Geografia, principalmente da (Geo2007), e ao professor Ulysses da Cunha Baggio pela amizade e boa orientação.

À todos aqueles que passaram a fazer parte da minha vida, pelo companheirismo e amizade.

Essa também vai pra você, pai!

Morena de Angola que leva o chocalho
amarrado na canela
Será que ela mexe o chocalho ou o
chocalho é que mexe com ela?

Será que a morena cochila escutando o
cochicho do chocalho?
Será que desperta gingando e já sai
chacoalhando pro trabalho?
Morena de Angola que leva o chocalho
amarrado na canela
Será que ela mexe o chocalho ou o
chocalho é que mexe com ela?

Será que ela tá na cozinha guisando a
galinha cabidela?
Será que esqueceu da galinha e ficou
batucando na panela?
Será que no meio da mata, na moita a
morena ainda chocalha?
Será que ela não fica afoita pra dançar na
chama da batalha?

Morena de Angola que leva o chocalho
amarrado na canela
Passando pelo regimento ela faz requebrar
a sentinela

Iá, iá, iá
Iá, iá, iá
Iá, iá, iá
Iá, iá, iá

Morena de Angola que leva o chocalho
amarrado na canela
Será que ela mexe o chocalho ou o
chocalho é que mexe com ela?

Será que quando vai pra cama a morena se
esquece do chocalho?
Será que namora fazendo cochicho com
seus penduricalhos?
Morena de Angola que leva o chocalho
amarrado na canela
Será que ela mexe o chocalho ou o
chocalho é que mexe com ela?

Será que ela tá caprichando no peixe que
eu trouxe de benguela?
Será que tá no remelexo e abandonou meu
peixe na tigela?
Será que quando fica choca põe de
quarentena seu chocalho?
Será que depois ela bota a canela no nicho
do pirralho?

Morena de Angola que leva o chocalho
amarrado na canela
Eu acho que deixei um cacho do meu
coração na catundela

Iá, iá, iá
Iá, iá, iá
Iá, iá, iá
Iá, iá, iá

Morena de Angola que leva o chocalho
amarrado na canela
Morena, bichinha, danada, minha
camarada, vem me velar.

Morena de Angola, Chico Buarque.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo discutir sobre o espaço angolano e suas perspectivas sociais, culturais, políticas e econômicas ao longo de vários anos de guerra civil. A sociedade angolana motivada por movimentos de libertação nacional conseguiu a independência de Portugal em 1975; porém, logo após esse momento único na história desse país, Angola também teve que lutar contra a influência da União-Soviética no período da Guerra Fria. A URSS por sua vez, exerceu seu legado político-econômico em vários países do mundo, inclusive em Angola. Neste momento, destaca-se na guerra civil angolana a disputa entre dois grupos que se dividiram para então lutar entre si pelo poder e o controle do território, social, cultural e politicamente. Este complexo conflito fez com que Angola entrasse ainda mais num abismo econômico sem precedentes, colocando sua população em estado de pobreza generalizado e o país numa crise muito profunda. Nesse sentido, é importante salientar que investigaremos a guerra civil angolana em âmbito geográfico analisando a questão da disputa pelo controle do território e a dimensão socioespacial do conflito. Para tal, insere-se também neste trabalho a história dos meus pais que viveram em Angola no início da década de 80, presenciando de perto este momento na história dos angolanos.

Palavras-Chave: Angola. Guerra Civil. Território. Conflito. Poder.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|-------|---|
| BIRD | Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento |
| EUA | Estados Unidos da América |
| FAPLA | Forças Armadas Populares de Libertação de Angola |
| FMI | Fundo Monetário Internacional |
| FNLA | Frente Nacional para Libertação de Angola |
| IDH | Índice de Desenvolvimento Humano |
| MPLA | Movimento Popular para Libertação de Angola |
| OMC | Organização Mundial do Comércio |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| UNITA | União Nacional para a Independência Total de Angola |
| URSS | União das Repúblicas Socialistas Soviéticas |

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1 – INTRODUÇÃO..... | 1 |
| 2 – ANGOLA: A LUTA PELA LIBERTAÇÃO..... | 4 |
| 3 – O CONTROLE DO TERRITÓRIO: MPLA X UNITA..... | 11 |
| 4 – ANGOLA SOB UMA PERSPECTIVA SOCIOESPACIAL..... | 24 |
| 5 – O CONFLITO NA VIDA REAL..... | 37 |
| 6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 47 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 49 |

1 Introdução

O continente africano, ao longo de boa parte de sua história – a partir do século XIX – foi um intenso palco de lutas entre comunidades tribais e colonizadores europeus que exploraram em larga escala as diversas riquezas encontradas nas inúmeras nações ali presentes. Sendo assim, neste trabalho, vamos discutir como questão principal a temática geopolítica de um desses Estados-nação: Angola e sua dinâmica social, econômica e política no âmbito da sociedade contemporânea. Ao longo do tempo, um conflito de enormes proporções relacionado ao território angolano foi capaz, em muitos sentidos, de mudar sua estrutura socioeconômica e política. Essas mudanças foram conduzidas por políticas de colonização, primeiramente de Portugal – até 1975 – e daí por diante, pelas investidas econômico-militares de caráter planetário sob a influência do contexto da Guerra Fria (conflito ideológico e de participação indireta entre URSS e EUA). “As guerras e os conflitos armados que ocorreram de 1945 até 1991 na superfície terrestre, especialmente no Terceiro Mundo, foram, em sua imensa maioria, confrontos indiretos entre as superpotências.” (VESENTINI, 2003, p. 87)

O território angolano, após a independência em 1975 torna-se o “novo” palco no continente africano que passou uma intensa guerra civil. Valemo-nos aqui da ideia de território postulada por Rogério Haesbaert (2010, p. 62), para o qual “o vínculo mais tradicional na definição de território é aquele que faz a associação entre território e os fundamentos materiais do Estado”. Por isso a reflexão sobre o território dentro da análise da guerra civil em Angola torna-se tão importante, pois ele (o território) engloba as políticas do Estado que busca o bem estar de uma sociedade. Entretanto, vale ressaltar que, identificamos, no interior desse cenário socioespacial, uma disputa por interesses divergentes entre alguns dos principais partidos políticos da época pelo controle do Estado, colocando, deste modo, o domínio do território como a chave para resolver os problemas dos angolanos, através do emprego deliberado da força e da imposição autoritária dessas políticas.

A questão da busca pelo poder através do controle político do território também é importante dentro dessa discussão, uma vez que para se controlar um país é fundamental que um grupo específico, com diversos interesses, saia na dianteira nessa disputa. Na arena do jogo político angolano Matos (1977) aporta a ideia de que o poder nacional, essencialmente o político, pode ser considerado como a soma dos recursos materiais e valores psicológicos de que dispõe o Estado tendo em vista os objetivos que pretende alcançar. Sendo assim, o poder

é exercido através do Estado, por meio de um governo com o dever de assegurar o bem estar de todos os seus habitantes, o progresso do país, bem como defender os interesses da nação que representa no jogo dos interesses internacionais em competição ou em conflito. Para BACHRACH (1970) *apud* CASTRO (2005, p. 97) “existe poder quando há conflitos de interesses ou valores entre duas ou mais pessoas ou grupos”; e também para Castro (2005) “[...] o poder é uma forma de impor uma vontade à parte mais fraca de uma relação [...]” (p. 101) Desse modo, os líderes da libertação em Angola lutaram pela independência e também pelo poder nacional, uma vez que Angola ainda encontrava-se em franco processo de formação como país independente, etapa muito importante em seu desenvolvimento social, político e econômico.

Angola, como vários outros países incluindo o Brasil, foi colônia de Portugal por muitos anos, o que acarretou inúmeros problemas ao país, tais como escravidão, guerras, pobreza, economia enfraquecida, etc. As lutas por libertação (primeiramente de Portugal) tomaram conta desse cenário ao longo de muito tempo, assim como os intensos conflitos causados pela grande influência (após 1975) da então URSS (União Soviética), que acabou conduzindo, ainda mais, Angola a uma crise intensa, repercutindo sensivelmente em toda sua estrutura social, política e territorial.

Remetemo-nos aqui a assertiva de Santos (2003, p. 42), para o qual “[...] a história de um dado lugar é construída a partir tanto de elementos locais, desenvolvidos ali mesmo, como de elementos extra-locais [...]” Dessa forma, consideramos que os elementos locais são os angolanos em conflito por diferenças étnicas, que lutam pela independência de Portugal, e que procuram um governo que tenha políticas satisfatórias para todos. Os elementos extra-locais são as lutas entre diferentes ideologias (capitalismo x socialismo) dentro de um mesmo território e Angola no cenário econômico global. Segundo Haesbaert (2006) os movimentos de resistência em um determinado país surgem motivados pela discrepante desigualdade e exclusão socioespacial, situação na qual o espaço opera como um dado estratégico, projetando-se como um objeto essencial na discussão histórico-geográfica, e na análise da Guerra Civil angolana. Segue-se daí que a consideração pela dinâmica socioespacial enriquece a reflexão acerca de uma dada sociedade, seu território, sua política e vida cultural. Valemo-nos uma vez mais de Santos (2009, p. 30), para quem “[...] o espaço se converte numa gama de especulações de ordem econômica, ideológica, política, isoladamente ou em conjunto.”

A Guerra Civil Angolana foi um conflito por diferenças políticas e étnicas entre dois grandes partidos; o MPLA (Movimento Popular para Libertação de Angola), partido de influência socialista que tomou o poder depois da independência angolana e a UNITA (União Nacional para Independência Total de Angola). Mais enfraquecido também entra nessa disputa o partido FNLA (Frente Nacional para Libertação de Angola). A UNITA foi uma guerrilha apoiada pelos EUA e África do Sul, já o MPLA seguia as orientações da URSS e Cuba. No entanto, apesar desse apoio internacional “desde cedo havia muita dissensão entre as diversas direções dos movimentos, motivada por razões de origem tribal, racial ou pela ambição pelo poder.” (MENEZES, 2000, p. 170)

Angola pós-independência se viu encurralada pelo confronto direto entre o MPLA e a UNITA, principais partidos políticos, mas com características bem distintas, tanto político como étnico, como afirma Savimbi (1979) “no desenvolvimento da política que traçou a UNITA sempre sentiu que havia uma distância profunda entre ela e os outros dois movimentos.” (p. 44) Por isso, ao longo de mais de vinte anos de sua história de (1975-2002), Angola passou por uma série de dificuldades para conseguir a paz que tanto buscava depois da independência.

É oportuno destacar que também vamos discutir nesse trabalho um acontecimento em específico a partir da história de Angola. Meus pais, no início da década de 80 moraram por volta de três anos neste país; vivenciaram de perto a guerra civil angolana. Eles tiveram a oportunidade de ver e sentir as marcas deixadas pela instabilidade política de um Estado ainda em formação. Entendemos que a trajetória presente na história de minha família em Angola é capaz de aportar subsídios valiosos para realização desse trabalho já que contribui na reflexão geográfica e a dinâmica espacial que se filia este trabalho. A luta social e política por libertação, a disputa pelo poder, o controle do território, a influência do colonialismo europeu, e a Guerra Fria constituem o foco central dessa discussão. Atualmente, com o fim da guerra civil, após a morte do líder da UNITA Jonas Savimbi, em 2002, Angola se encontra num período mais estável de sua política, com governo democrático eleito pelo voto do povo. Entretanto, o país ainda sofre com enormes problemas econômicos, falta de liberdade e disparidades sociais, com sua economia ainda fortemente subordinada ao capital estrangeiro, que explora intensamente seus recursos minerais.

Segundo Menezes (2000) a população angolana é de origem banto, os quais “[...] habitam a maior parte do território do Centro e do Sul da África atual e estima-se que, durante mais de vinte séculos, seu processo migratório foi se dando lentamente, do centro para o sul do continente.” (p. 103) As principais etnias são nove, compostas pelos ambós, bacongos, hereros, lunda-tchokué, nganguelas, nhanecas-humbes, ovimbundos, quimbundos e xindongas. Os três principais grupos são: os ovimbundos (são a maioria entre a população pertencendo ao grupo guerrilheiro UNITA); quimbundos (são cerca de 20% da população pertencendo ao MPLA) e os bacongos (são 15% da população pertencendo ao FNLA).

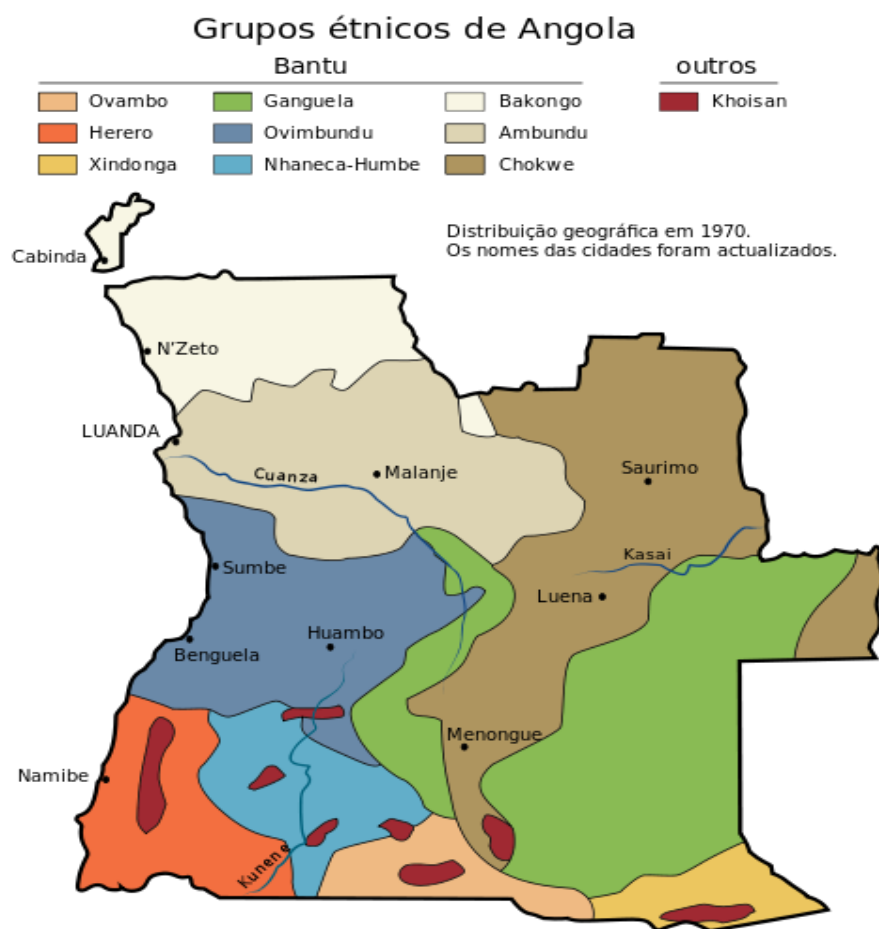


Figura 2: Grupos étnicos de Angola.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Angola_Ethnic_map_1970-pt.svg

Para Menezes (2000), Angola se comparada aos outros Estados independentes da África, é um dos mais recentes em se tratando de independência, livrando-se do colonialismo português em meados da década de 1970. Buscando atingir as terras da Índia, os portugueses chegaram em terras angolanas em 1482 avançando ainda que timidamente em seu território,

construindo portos e fortalezas. Os colonos portugueses só chegaram efetivamente a ocupar este novo território nos anos 60 e 70 do século XX.

A primeira fase da colonização portuguesa está inserida no que podemos chamar de “hegemonia ibérica”, em que predominaram Portugal e Espanha como as duas principais nações expansionistas, pioneiras na prática das grandes navegações de exploração e de busca de rotas comerciais alternativas para o Oriente. (MENEZES, 2000, pp. 113-114)

As especificidades do colonialismo português colocam o novo território descoberto dentro de uma rede de relações de dependência em se tratando de suas colônias, permitindo o completo domínio territorial do explorador dentro da corrida pela exploração das terras recém-descobertas.

[...] A concorrência, contudo, inicialmente entre os próprios reinos ibéricos (que já motivara a preocupação com acordos, como o de Tordesilhas²) e, depois de outras nações europeias, fez com que se manifestassem as primeiras medidas de domínio territorial, levando Portugal a ocupar fisicamente suas colônias, tanto na África como na América e em outras paragens do globo. (MENEZES, 2000, p. 114)

Assim, Portugal consolida sua influência e domínio sobre o “novo” território descoberto consumindo uma boa fonte de recursos naturais e humanos, adquirindo uma estratégica localização geográfica para suas expedições. “Angola é, sob o ponto de vista da exploração metropolitana, a mais sacrificada.” (MACEDO, 1910, p.44)

Como o território português era muito reduzido e detinha poucas vantagens (comparativamente aos demais países do Terceiro Mundo), suas verdadeiras oportunidades se encontravam nos territórios de “além-mar”, no “Portugal transcontinental”, nas colônias, dentre as quais a de Angola que se destacava pelo seu potencial mineral, pelo seu relativamente extenso território e por sua razoável proximidade com a Europa”. A possibilidade de exploração comercial de petróleo na região de Cabinda (enclave territorial ao norte de Angola), por exemplo, foi um foco de atração (desde meados dos anos 50) para grandes companhias petrolíferas, que obtiveram contratos de concessão de longo prazo, gerando importantes receitas para a economia portuguesa, permitindo não só a expansão continental dos monopólios nacionais, mas a expansão desses, em associação com capitais estrangeiros, na industrialização do espaço econômico colonial. (MENEZES, 2000, p. 32)

Ao longo de muitos anos de exploração Portugal começa a perder força sobre suas colônias, por diversos motivos. Isso ocorreu por causa da perda do controle sobre as colônias, pelo estopim de movimentos de libertação nacional e uma crise política interna muito intensa, “a crise do sistema colonial fez vir à tona a fragilidade do sistema político e social no qual

² O Tratado de Tordesilhas foi um acordo entre os reinos de Portugal e Espanha, assinado em 1494, que dividia as terras recém-descobertas fora da Europa. Ver em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Tratado_de_Tordesilhas

Portugal se amparava.” (LINHARES, 1986, p. 104) Portugal vivia então um período conhecido como salazarismo³:

Portugal representou na Europa a última resistência do colonialismo. Salazar, que foi seu ditador entre 1932 e 1968 e cujo regime só se desintegrou pelo movimento de 25 de abril de 1974, declarou, certa vez: “Somos antiliberais. Somos contra o parlamentarismo, contra a democracia, e queremos construir um Estado corporativo. (LINHARES, 1986, p. 96)

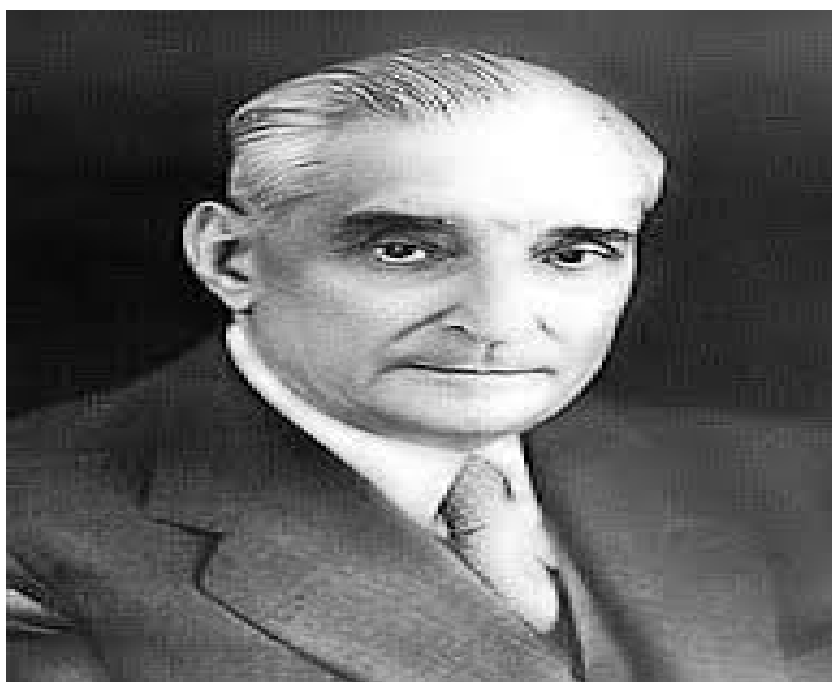


Figura 3: Ditador Fascista Português: *António de Oliveira Salazar*.
Fonte: [https://www.infopedia.pt/\\$oliveira-salazar-politico-portugues](https://www.infopedia.pt/$oliveira-salazar-politico-portugues)

Também afirma Menezes (2000) “as vitórias dos movimentos de libertação de outras colônias africanas possibilitaram o material e a base geográfica a partir dos quais os movimentos nacionalistas nas colônias portuguesas poderiam se lançar ao processo de conquista da independência.” (p. 163) Ou seja, os movimentos eclodiram ao longo do tempo em boa parte das colônias portuguesas, aprofundando a crise no governo salazarista que após muitos anos de permanência não teve mais força para lutar e manter suas colônias. A partir daí, a população e os movimentos nacionalistas de libertação de Angola (como uma das últimas colônias a lutar pela independência) se lançam contra anos de exploração portuguesa, realizando manifestações e passeatas em todo o território. “A administração colonial recorreu

³ O Salazarismo foi um regime político autoritário ocorrido em Portugal e fundado por António de Oliveira Salazar que durou cerca de 41 anos (1933-1974).

à força policial e massacrou os manifestantes. Muitos foram presos e os musseques cercados por vários dias, com os policiais realizando buscas e detenções.” (MENEZES, 2000, p. 169)

Diversas tentativas foram feitas, nessa ocasião, na esperança de se estabelecer um movimento único e centralizado para lutar contra a repressão portuguesa e fazer andar as ideias de libertação. Muitos grupos haviam se formado nos anos recentes e uma política coordenada era a esperança de alguns líderes para fortalecer o movimento. (MENEZES, 2000, p. 170)

Em Angola, ainda colônia, os principais líderes dos movimentos nacionalistas de libertação foram: Jonas Savimbi (UNITA), Agostinho Neto (MPLA) e Holden Roberto (FNLA). Estes três grupos lutaram junto contra o colonialismo português e pela libertação de Angola. De acordo com Magnoli (2004) após a Segunda Guerra Mundial houve um processo de descolonização onde as potências coloniais se retiraram de forma voluntária ou pela força de suas colônias. A partir daí, guerras de libertação tomaram conta dessas sociedades e movimentos nacionalistas lutaram entre si pelo controle do território e do Estado.

[...] na palavra descolonização está implícita a “vontade” do país colonizador de abrir mão de seus direitos adquiridos num determinado momento. [...] Ela se apresenta, historicamente, como produto dos movimentos nacionais, e não como a resultante de uma iniciativa do colonizador. (LINHARES, 1986, p. 23)

As ondas por libertação tomaram conta do continente africano, inclusive em Angola, o salazarismo em Portugal desfragmentou e a liberdade foi conquistada com muito louvor por toda a comunidade angolana. Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), com a queda do nazi-fascismo europeu, a opinião pública apoiou o fim do colonialismo possibilitando ainda mais a queda do salazarismo em Portugal. Como Portugal era um dos países menos desenvolvidos da Europa não conseguiria manter uma guerra nos territórios africanos sem o apoio econômico, militar e diplomático das duas maiores potências mundial da época EUA e URSS. (MENEZES, 2000)

É importante acrescentar que nos anos 40 e 50 vários estudantes de Angola, inclusive boa parte dos líderes dos movimentos de libertação, foram para outros países dar continuidade a seus estudos, trazendo em suas “bagagens”, novas ideias que lhes nortearam na busca pela liberdade. A presença de diversos intelectuais e grupos de estudo foram de extrema importância dentro dos partidos políticos angolanos e suas projeções futuras para uma Angola independente. De acordo com Menezes (2000) “estudantes nativos nos anos 40, [...] formaram-se, tornaram-se profissionais nos anos 50 e, voltando a seus países, vieram

impregnados de ideias libertadoras e das marcas das dificuldades enfrentadas na metrópole.”
(p. 167) E acrescenta:

[...] a partir do Centro de Estudos Africanos, do Clube dos Marítimos e de outras associações clandestinas, como o Movimento dos Intelectuais Novos de Angola e a Associação Regional dos Indígenas de Angola, foi fundado em 1956, em Luanda, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Anteriormente, em 1954, no Norte de Angola, tinha sido fundada a União das populações do Norte de Angola (UPNA) que, após sua transformação em União dos Povos de Angola (UPA), em 1958, daria origem à Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), em 1962. (MENEZES, 2000, p. 167)

No início da década de 70 a repressão salazarista queria aniquilar os nacionalistas e desta forma “em Angola, justamente por ser a colônia mais importante economicamente para Portugal, as forças repressoras impuseram grandes dificuldades aos grupos de libertação, aproveitando-se também dessas divergências.” (MENEZES, 2000, p. 173) Porém, Portugal passando por uma efetiva crise econômica e vendo seu regime político fascista entrando em decadência, não consegue manter o poder dentro do seu próprio território e conseqüentemente em suas colônias. Para tanto, uma

[...] forte resistência à independência de antigas colônias também ocorreu em Portugal que esgotado economicamente tinha nos recursos oriundos da África importante fonte de receita. Os africanos, organizados em partidos políticos, empenharam-se na formação de frentes militares que passaram a atacar os portugueses que se recolhiam às cidades. A luta se prolongou por mais dez anos, uma vez que o governo salazarista não queria abrir mão das chamadas Províncias de Ultramar. (ANDRADE, 1997, p. 59)

Caminhando nesse sentido “Portugal estava a sofrer os efeitos desgastantes de uma guerra colonial.” (SAVIMBI, 1979, p.30) Na data de 25 de abril de 1974, em Portugal, ocorre um golpe de Estado que finalmente derruba o Salazarismo. Os novos líderes conduziram este país em um novo modelo político mais democrático e que não mais estivesse enraizado nesta ditadura que perdurou por tanto tempo.

Em 25 de abril de 1974, o movimento das Forças Armadas conseguiu, então, lograr êxito em um golpe de Estado e derrubou o governo fascista português, ascendendo ao poder sob a liderança do general Spínola. A queda do fascismo em Portugal deveu-se à ação de um conjunto de forças, agindo internamente no sentido de transformar um regime arcaico. (MENEZES, 2000, p. 183)

Ademais, assinala Linhares:

[...] no dia 25 de abril de 1974, o Movimento das forças armadas, de jovens oficiais, derrubava a ditadura de mais de meio século de existência. Pregava a democracia e o fim do colonialismo. [...] O exército colonial, sentindo-se

derrotado, volta as suas armas contra a Metrópole e dá uma primeira oportunidade a seu povo de conquistar a sua própria libertação. (1986, p. 104)



Figura 4: Jornal República estampa em sua capa no dia 25 de abril de 1974 a tomada de poder pelos militares colocando fim ao Salazarismo.

Fonte: <http://noseahistoria.wordpress.com/2011/04/25/a-revolucao-de-abril/>



Figura 5: Militares derrubam o Salazarismo.

Fonte: <http://outraspalavras.net/posts/portugal-lembra-os-cravos-com-saudades/>

Então, em 1974 o Salazarismo desfragmenta e um novo modelo político-econômico se estabelece em Portugal, assim como em suas colônias. Agora, Angola tem a grande oportunidade de ficar independente, pois já não sofre mais com o modelo político-econômico imposto pelos portugueses. A partir daí surge outra condicionante, que foi capaz, em grande medida, de reconfigurar as questões socioespaciais e territoriais em Angola, estabelecendo novos rumos em sua estrutura social e política, tanto internamente quanto externamente.

3 O controle do território: MPLA x UNITA

O conceito de território, a partir de uma visão geográfica, acaba nos orientando para uma boa leitura em relação a temática exposta neste trabalho sobre a guerra civil angolana, bem como acerca do conflito entre a UNITA e o MPLA. Nesse sentido, discutiremos neste capítulo alguns aspectos importantes do território de Angola em sua interface com a Geopolítica, mais especificamente com a guerra civil em Angola. Como já salientado, a disputa pelo controle do território é de fundamental importância dentro do jogo político angolano, uma vez que o embate entre os dois principais partidos do país giram em torno do controle do território e do Estado. Posteriormente, trataremos mais detidamente da guerra civil em Angola, marcada expressivamente pelo confronto direto entre os dois maiores partidos políticos deste país.

Não é demais enfatizar que o território se define como base geográfica do Estado (solo, rio, lagos, baías, portos, etc.), sobre a qual ele exerce sua soberania⁴. O território também possui um valor jurídico e simbólico, onde o poder é legitimado por um determinado grupo. (SOUZA, 2003) No entanto, o poder dentro desse espaço (território) é constituído em várias escalas e por grupos políticos locais que lutam por autonomia e desenvolvimento. Para tal, essa relação, muitas vezes, é conflituosa, pois os interesses dos sujeitos inseridos nesse contexto acabam por gerar situações conflituosas pelo controle do Estado, definindo, assim, um campo de forças, uma espécie de totalidade contraditória de poderes. O Estado se apresenta como o grande gestor do território nacional, pelo qual sua apropriação e controle pode se realizar de forma autoritária ou mesmo ditatorial (por meio da força militar) ou de forma democrática. Desse modo, o território torna-se, não raro, um poderoso instrumento de controle e dominação social, e que, submetido a uma condição autoritária, ao controle de um grupo específico ou bloco de poder, mescla o exercício do poder com o emprego da violência, dominando com “mãos de ferro” uma dada coletividade. “Relações de poder supõem assimetrias na posse de meios e nas estratégias para o seu exercício, e o território é tanto um meio como uma condição de possibilidade de algumas destas estratégias.” (CASTRO, 2005, p. 95).

⁴ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988, p. 495.

É claro que, o discurso de diversos autores e dos políticos angolanos, o território é sempre lembrado como o sustentáculo de uma determinada nação, num jogo de interesses internos e externos. Contudo, o território também se revela, “antes de tudo”, como “[...] um território simbólico, ou um espaço de referência para a construção de identidades.” (HAESBAERT, 2010, p. 35)

O conceito de território também ganha amplitude em outros campos do conhecimento, senão vejamos:

[...] enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões [...] a Ciência Política enfatiza sua construção a partir de relações de poder (na maioria das vezes ligada à concepção de Estado); A Economia, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator local ou como uma das bases da produção (enquanto “força produtiva”); a Antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais (mas também no tratamento do “neotribalismo” contemporâneo); a Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo, e a Psicologia, finalmente, incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo. (HAESBAERT, 2010, p. 37)

Sendo assim, Haesbaert (2010, p. 40) faz uma síntese sobre o território numa perspectiva integradora, agrupando-o em três vertentes básicas: a política, a cultural e a econômica:

- Política: (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionada ao poder político do Estado.
- Cultural: (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.
- Econômica: (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo.

A guerra civil angolana nos mostra como ocorre efetivamente uma disputa pelo controle do território, principalmente a partir das vertentes política e cultural da definição de

território. O controle político sobre o território é observado como a melhor forma para se conseguir o poder e, ao mesmo tempo, controlar toda uma nação e seu povo. Também, por outro lado, a vertente cultural empregada para compreender o conceito de território deve ser ressaltada, já que em Angola os líderes da UNITA e do MPLA almejavam a valorização simbólica do seu grupo étnico (quimbundos versus ovimbundos). Este aspecto pode ser observado uma vez que “as lutas anticoloniais desdobraram-se, após a retirada portuguesa, em violentos conflitos entre movimentos rivais apoiados por Washington e Moscou, que prosseguiram como guerras étnicas após o encerramento da Guerra Fria.” (MAGNOLI, 2004, p. 324)

Segundo Haesbaert (2010) “o território, de qualquer forma, define-se antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido mais amplo) e ao contexto histórico em que está inserido.” (p. 78) Dessa maneira, o território, sob os influxos da guerra civil angolana, passa a incorporar diversos acontecimentos, conformando, de certo modo, espacialidades do conflito, que assim se incorporam à história do seu povo e à sua cultura, revelando os interesses em jogo da política local e da Geopolítica global. E não sem razão é que Rogério Haesbaert assinala que “[...] não é equivocado afirmar que, mesmo em meio a uma enorme diversidade de perspectivas, o território vai ganhar ampla tradição no campo das questões políticas.” (HAESBAERT, 2010, p. 62)

De uma perspectiva social, ainda de acordo com Haesbaert (2006), o território recobre elementos da sua dimensão concreta (político-econômica) juntamente com a dimensão simbólica (cultural-identitária), tornando-se abrigo e proteção no sentido simbólico e material. E assinala: “[...] todo território é uma criação e, em especial no caso de nossa espécie, uma criação histórica que, como tal, traz dentro de si os processos e sujeitos que protagonizam sua instituição.” (p. 16) Desse modo, a sociedade vivencia momentos diferentes e ao mesmo tempo, temporalidades distintas, ainda que sob uma orientação maior e unívoca, impositiva, autoritária. Logo, o território se mantém afastado à sociedade que o constitui, antes ao contrário, em suas contradições o território abriga múltiplas territorialidades que dinamizam a relação dele com o Estado e a sociedade e “[...] há uma complexificação da questão territorial por meio das múltiplas territorialidades implicadas nas lutas sociais contemporâneas que imbricam, de distintas maneiras, o local, o regional-nacional, o regional-internacional (blocos), o próprio nacional e global.” (HAESBAERT, 2006, p. 83)

Acrescentemos aqui o alerta de Claude Raffestin (1993), ao dizer-nos que:

[...] é essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar do espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. (p. 143)

Ainda para esse mesmo autor, “o território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si.” (RAFFESTIN, 1993, pp. 143-144) Portanto, o território é o espaço político por excelência, onde os angolanos lutam por sua soberania frente as questões sociais, políticas e econômicas ao longo de vários anos de luta pela libertação colonial e libertação da influência da União Soviética no contexto da Guerra Fria.

Caminhando nesse sentido, a busca pelo controle do território insere-se dentro de um contexto muito maior, que foi capaz de gerar mudanças sociais, políticas e econômicas em todo planeta. Nessa perspectiva, a Geopolítica no término da Segunda Guerra Mundial ganhou um novo sentido, pois agora o mundo seria dividido pelas duas superpotências vencedoras (EUA e URSS). A Guerra Fria, Indubitavelmente, “o elemento mais importante da Geopolítica planetária do mundo de 1945 até 1991.” (VESENTINI, 2003, p. 83)

A disputa entre EUA e a URSS pela influência em diversos países no mundo ganha um novo contorno. Anteriormente, estes dois países lutaram juntos contra a Alemanha nazista de Hitler, mas agora, lutam indiretamente entre si pela hegemonia na Geopolítica global, num conflito entre duas correntes ideológicas bem distintas e conflitantes, a capitalista e a socialista.

Os dois blocos imperiais criaram e desenvolveram zonas de influência, abrangendo uma complexa relação de conflito, de subordinação e de cooperação entre o poder central e as periferias dominadas. A dissolução dos grandes impérios coloniais e a reestruturação do poder mundial propiciaram uma nova forma de condomínio sobre os Estados: o bloco capitalista, representado pelo imperialismo dos EUA, e o bloco socialista, liderado pelo social-imperialismo da URSS. Esse choque de interesses, a necessidade de ocupação de espaços e o alargamento das zonas de influência geraram, no âmbito da chamada “Guerra Fria”, a insegurança, o perigo e a ameaça constante de outros conflitos aniquiladores [...]. (WOLKMER, 1989, p. 11)

A disputa pelo poder e o controle do território é o grande pilar que resultou na guerra civil em Angola, uma vez que a base desta disputa situa-se no conflito entre o MPLA e a UNITA. Nesse sentido, é importante acrescentar a história, as influências e o contexto em que

se encontraram esses dois partidos nessa época, para assim confrontarmos as várias perspectivas sobre a guerra civil que resultou num grave problema para toda sociedade angolana.

Como já mencionado, Angola consegue ficar independente em 1975, e em consequência disso, três partidos políticos que já lutavam juntos contra o colonialismo de Portugal, que desejavam também o poder e o controle político-territorial desse país. O confronto entre MPLA, UNITA e, com menor expressão política, o FNLA, gerou uma crise político-econômica de grandes proporções em Angola, como nos revela Menezes:

com a aproximação da “libertação colonial” (resultado também – além da luta anticolonial – do enfraquecimento do “gerente”, do “sindicato” português, pelos problemas políticos internos de Portugal, em seu trânsito para a democracia e para a Comunidade Europeia), o novo Estado Nacional angolano poderia ter se tornado mais um país capitalista e dependente de relações econômicas com parceiros ocidentais, como ocorreu com muitas ex-colônias de outros países. Todavia, instaura-se um “processo negociado de libertação”, do qual participam, além do governo português, os grupos de libertação integrantes da luta anticolonial (FNLA, Frente Nacional para a Libertação de Angola, fundada em 1954; MPLA, Movimento Popular para a Libertação de Angola, de orientação soviético-marxista, fundado em 1956; e UNITA, União Nacional para a Independência Total de Angola, originalmente maoísta, fundada em 1966), estabelecendo-se um “governo transitório e colegiado”, com a proclamação da “independência” sendo marcada para o dia 11 de novembro de 1975. Esse processo negociado de libertação seria violado pela manifesta diferença entre os grupos participantes (aflorando o tribalismo e o regionalismo que marcavam suas origens) e pela ação astuta do MPLA, em meados de 1975, que tomando o poder aos demais participantes, cria a “República Popular de Angola”, orientando-a para um modelo “socialista” com a cooperação da ex-União Soviética. (2000, p. 33)

Mesmo Angola ficando independente de Portugal, ainda assim havia ligação entre colonizadores e colonizados. Portugal continuou, mesmo que em menor escala, influenciando nas decisões do governo transitório angolano, composto, inicialmente pelos três principais partidos influentes na libertação nacional e representantes do governo português. De acordo com Menezes (2000), no mês de janeiro de 1975 em Portugal, foi assinado um importante acordo que unificava a liderança no governo Angolano entre MPLA, UNITA, FNLA e representantes do governo português. Este documento foi chamado de Acordo de Alvor, que teve como pontos principais:

- A independência ao povo angolano;
- Reconhecimento da unidade geográfica e política da Angola;
- Escolha da data da Independência como sendo 11 de novembro de 1975;

- Criação de um Alto Comissariado e do governo de transição;
- Estabelecimento de um cessar-fogo geral, declarando ilícito o recurso à força a não ser para conter ameaças externas;
- Anistia geral para os nacionalistas.

Abaixo, as imagens dos principais líderes nacionalistas para a libertação de Angola:



Figura 6: *Agostinho Neto* (MPLA): primeiro presidente de Angola.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/04/Agostinho_Neto.jpg



Figura 7: *Jonas Savimbi* (UNITA).

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/a/a1/Jonas_Savimbi.jpg



Figura 8: *Holden Roberto* (FNLA).

Fonte: <http://www.mpdaangola.com/blog/memorias-de-holden-roberto.html>

O território angolano passou assim a ser governado por quatro partidos, bastante desigual entre si, em se tratando de ideais políticos, projeções socioeconômicas e diferenciação étnica. Torna-se notório que essa nova estrutura governamental iria engendrar problemas futuramente, o que efetivamente ocorreu depois desses acordos.

O MPLA, no início do ano da “independência”, reclamava que a UNITA e a FNLA dificultavam seu trabalho no Governo de Transição, e que boatos e notícias divulgadas pelos dois grupos alimentavam o clima de terror e de insegurança que se abatera sobre todo o território de Angola. No final de maio, destacamentos armados do MPLA expulsaram os membros da FNLA e da UNITA do Governo de Transição, pretendendo e enxotando-os de Luanda. Ao mesmo tempo, iniciaram uma ofensiva para a conquista do país, assegurando o domínio de 12 das 16 províncias do território [...]. (MENEZES, 2000, p. 189)

O MPLA, em meados da década de 70 – apoiado pela então URSS e Cuba – expulsa a UNITA e a FNLA do governo, acirrando, ainda mais as tensões e divergências entre os partidos. Os Estados Unidos passaram a enviar recursos às forças que combatiam o MPLA, potencializando ainda mais a guerra civil dentro do país. Além da Ajuda dos EUA, a UNITA mais concentrada ao sul do país também recebe o apoio da África do Sul e a FNLA, mais concentrado ao norte, recebe o apoio do Zaire, ambas avançavam para a capital Luanda.

Nos anos iniciais do novo governo, a partir de 1975, foi assinado um tratado de amizade e cooperação com a URSS e várias comunidades de outros países socialistas, tais como Cuba, Vietnã, Alemanha Oriental, etc. “Em decorrência da orientação ideológica do MPLA, o novo país foi submetido a uma “revolução socialista”, sofrendo intensas transformações em suas instituições e orientando-se para uma economia centralmente planejada.” (MENEZES, 2000, p. 206) Dessa maneira,

durante sua história recente, Angola teria apenas dois presidentes: Agostinho Neto, médico, poeta e fundador da MPLA, que foi sucedido, após seu falecimento, em 1979, pelo engenheiro José Eduardo dos Santos, especialista em petróleo e conhecido por sua moderação. Santos, na recente fase de redemocratização do país (1992), seria reconduzido ao poder pelo voto popular, para um mandato de cinco anos, em eleições que, a despeito do reconhecimento oficial (Nações Unidas) de que transcorreram sem anormalidades, foram o estopim de uma nova etapa de guerra, só refreada em 1995 (após a assinatura do Acordo de Paz de Lusaka, em novembro de 1994. (MENEZES, 2000, p. 209)



Figura 9: Em Angola, cartaz ilustra Agostinho Neto e Fidel Castro – 1977.

Fonte: <http://angolaterranossa.blogspot.com.br/2010/12/luanda-foi-assim.html>

Para Menezes (2000) a divergência de interesses entre os nacionalistas foi bastante significativa se comparada à própria luta contra o colonizador opressor. As vaidades pessoais, as disputas políticas e a profunda distância entre as tribos angolanas colocaram Angola em um novo cenário, em que ela não mais luta contra o domínio de Portugal, mas sim contra outra forma de imperialismo e contra as próprias divergências políticas internas.

Devemos notar aqui que a própria Direção da UNITA ponderou longamente na tomada dessa única decisão que se impunha de recorrer às guerrilhas, pensando os duros sacrifícios que essa decisão implicaria para o povo, porquanto se tratava de um desafio histórico ao imperialismo soviético. (SAVIMBI, 1979, p. 7)

Jonas Savimbi foi um dos grandes personagens da política angolana, lutando junto com os nacionalistas Agostinho Neto e Holden Roberto contra o colonialismo de Portugal. Entretanto, um duro golpe de Agostinho Neto (MPLA) retira Savimbi e a UNITA do governo de transição, fazendo alianças político-econômicas com a União Soviética. Agora, ainda mais insatisfeito com o novo rumo que Angola teria, Savimbi se posta até os últimos dias de sua vida contra o imperialismo Soviético-Cubano, lutando ferrenhamente em boa parte do território contra as tropas do governo de Agostinho Neto. “Em 1974, Neto pretendia falar sozinho, em nome do povo angolano. Pretende-o ainda hoje. Essa é a razão da guerra em Angola.” (SAVIMBI, 1979, p. 32) As tropas de Savimbi combatiam principalmente no interior do território angolano, pois a identificação da UNITA com a população interiorana era muito mais forte. As tropas do governo mantinham um controle maior nas grandes cidades, haja vista serem os locais em que se situavam as sedes do governo bem como a das principais indústrias. “[...] a UNITA era, no entanto, o único dos três movimentos que tinha coesão e implantação no interior do território.” (SAVIMBI, 1979, p. 36)

Por estar enfeudado à União Soviética, o MPLA partia com certas vantagens. Devido à sua política em relação à África, a União Soviética não hesitaria em fornecer armamento, e, se necessário, instrutores e mercenários, para que o movimento de Neto pudesse rapidamente guindar-se a uma posição de supremacia sobre a FNLA e a UNITA. E foi o que realmente aconteceu. (SAVIMBI, 1979, p. 55)

Menezes (2000) assinala ainda que

[...] no dia 11 de novembro de 1975, Agostinho Neto, como líder máximo do MPLA, proclamou o nascimento da República Popular de Angola e tornou-se seu primeiro presidente com mandato indeterminado. Nascia, assim, um novo país, mergulhado no caos dos bens destruídos e abandonados pelos colonizadores, no êxodo de parcela considerável da população nativa mais bem preparada, na ausência de capitais, contando ainda com a oposição de todo o Ocidente capitalista [...]. (p. 190)

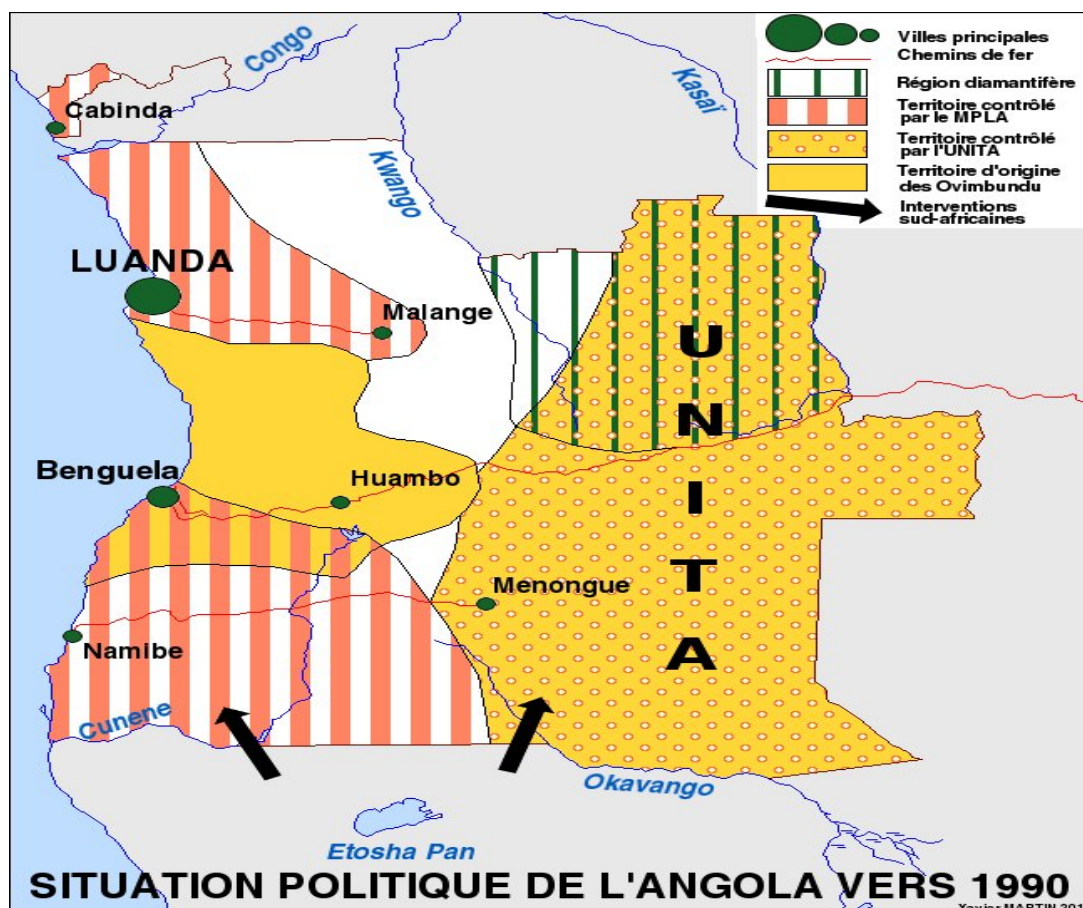


Figura 10: Situação política de Angola até 1990.
 Fonte: <http://lingalog.net/dokuwiki/cours/jpc/palops/alunos/mpla>

Portanto, a partir de 1975, Angola entra em uma guerra civil, conflito que praticamente se irradiou por todo o seu território. A população foi cruelmente castigada pelo efeito da guerra, causando êxodo populacional e impactos diversos sobre a estrutura econômica do país. Ao longo desses anos, os partidos políticos de Angola – principalmente através da UNITA – tentaram, por inúmeras vezes, acordos com o governo de Agostinho Neto, porém, sem alcançar êxito algum.

Vale ressaltar que a partir de meados da década de 80, “Angola passa a contar, então, com a contribuição de organismos internacionais (ONU, FMI e Bird) que, junto com fundações europeias e americanas, passaram a exercer influência (direta ou indireta) em seu território.” (MENEZES, 2000, p. 337) É importante destacar que Angola, como membro das Nações Unidas – da qual obteve apoio, sobretudo no que afeta ao processo de paz e à retomada do processo democrático – aproxima-se do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. (MENEZES, 2000) Assim, o país foi compelido a adotar o receituário da reforma macro-econômica, com a imposição de medidas de estabilização e ajuste estrutural.

Saliente-se que tais ações conduzidas por estas instituições financeiras se direcionaram a um número grande de países, recobrando a América Latina, o sul e sudoeste asiáticos, a ex-União Soviética (que satelizou Angola) e os Bálcãs, e a África Subsaariana. Nesta última, pode-se destacar Moçambique, Angola, Ruanda, Somália e África do Sul, entre outros. Estas diretrizes representaram, no conjunto, a negação aos países envolvidos da possibilidade de construir suas próprias economias, ou ainda suas economias nacionais. As razões disso se devem ao fato de a internacionalização da política macroeconômica transformar países inteiros e regiões em territórios abertos às sanhas do capital internacional, convertendo economias nacionais em verdadeiras reservas de força de trabalho barata e de recursos naturais.

Esta orientação conduziu a uma tendência de desvalorização ainda maior dos preços internacionais das *commodities*, uma vez que ela pressiona os países submetidos a orientarem suas economias ao mercado externo, um mercado mundial retraído. Essa condição só faz reforçar a degradação dos termos de intercâmbio no comércio internacional, fazendo ampliar as desigualdades sociais e econômicas entre países não desenvolvidos (como é o caso de Angola) e os mais desenvolvidos, bem como, ao plano interno, potencializar desigualdades socioespaciais daqueles. Esta variável está na base, ao lado de outras, de conflitos e tensões diversos nesses países nas últimas décadas. Soma-se a isso os impactos socioespaciais e políticos produzidos sob conjunturas e condições pregressas.

Dentre estas outras variáveis, pode-se destacar a arbitrariedade quanto à definição de fronteiras na África quando de sua partilha pelos europeus na segunda metade do século XIX, colocando, não raro, etnias rivais dentro de um mesmo território. O processo de descolonização a partir de meados do século XX, revelou as profundas marcas da exploração e da dominação econômica e política neo-colonial, engendrando escassez de gêneros básicos de consumo interno, ao mesmo passo que a seletividade político-social quanto ao acesso a eles, aprofundando as disputas internas e a hostilização entre grupos étnicos. São aspectos importantes de um cenário mais geral da África, podendo-se destacar a região subsaariana, que marcou a sua dinâmica evolutiva e, mais especificamente, a socioespacial.

Nessa relação assimétrica, é determinante o fato das economias mais avançadas poderem agregar maior valor às mercadorias que produzem – em que pesem as potencialidades de seu arcabouço científico-tecnológico – em detrimento da desvalorização de produtos primários de exportação das economias mais pobres (levando-se em conta o aumento de sua oferta no mercado internacional). Acresce ainda ressaltar que os programas de

estabilização macroeconômica e de ajuste estrutural impostos por instituições financeiras como BM e FMI a esses países, operou como condição para renegociação de suas dívidas externas, conduzindo milhões de pessoas ao empobrecimento, além de ter contribuído fortemente à desestabilização de moedas nacionais e à ruína da economia, rebaixando sensivelmente o poder de compra interno, ampliando a fome, pondo em colapso hospitais e escolas, consolidando, enfim, um triste cenário de degradação e desolação social.

Sendo assim, de acordo com Menezes (2000, p.345), a partir da queda do Socialismo Soviético em 1991 e sem apoio político-econômico o MPLA, e a UNITA elaboram um acordo chamado Acordo de Paz de Bicesse, que apresentou como objetivos principais das negociações os seguintes pontos:

- Reconhecimento, pela UNITA, do Estado angolano, do presidente José Eduardo dos Santos e do governo angolano até as eleições gerais;
- No momento da entrada em vigor do cessar-fogo, a aquisição, pela UNITA, do direito de realizar e participar livremente de atividades políticas, de acordo com a Constituição;
- A realização de eleições livres e justas para um novo governo;
- O respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais;
- Cessar-fogo em todo o território.

Mesmo com a assinatura do acordo, a futura eleição desagradava o governo angolano, uma vez que poderia sair da administração do Estado o regime político em vigor, caso as eleições fossem vencidas pela UNITA. Realizada as eleições com candidatos dos três partidos (MPLA, UNITA e FNLA), José Eduardo dos Santos (MPLA) continuou no poder através do voto popular para um mandato de cinco anos. O resultado das eleições não foi aceito por Savimbi, o que levou a continuidade da guerra civil, que só foi interrompida em 1995, após o Acordo de Paz de Lusaka⁵ em 1994. Ao longo desse período a guerra foi perdendo forças e o

⁵ O Protocolo de Lusaka foi um tratado de paz angolano que durou cerca de quatro anos e tinha como base a desmobilização das tropas do MPLA/FAA e as tropas da UNITA/FALA. O tratado foi assinado na capital da Zâmbia, Lusaka, no dia 20 de Novembro de 1994 pelo então Ministro das Relações Exteriores do Governo angolano, Venâncio de Moura, bem como pelo o então Secretário Geral da UNITA, Eugénio Ngolo Manuvakola. Este Protocolo veio corrigir alguns problemas que se registraram nos Acordos de Bicesse e também serviu para a formação de um Governo de Unidade e de Reconciliação Nacional em Angola, que incluiu todas as forças políticas que tinham Assento Parlamentar, saído das Eleições de 29 e 30 de Setembro de 1992. No entanto, a guerra continuou até 2002, uma vez que Jonas Savimbi, líder da UNITA, foi morto em combate. Por esse motivo a UNITA, depois desse Acordo deixou de ser um movimento armado passando a ser uma força política.

país sofria cada vez menos com os resultados desse conflito, que só terminou efetivamente em 2002 com morte do líder da UNITA Jonas Savimbi.

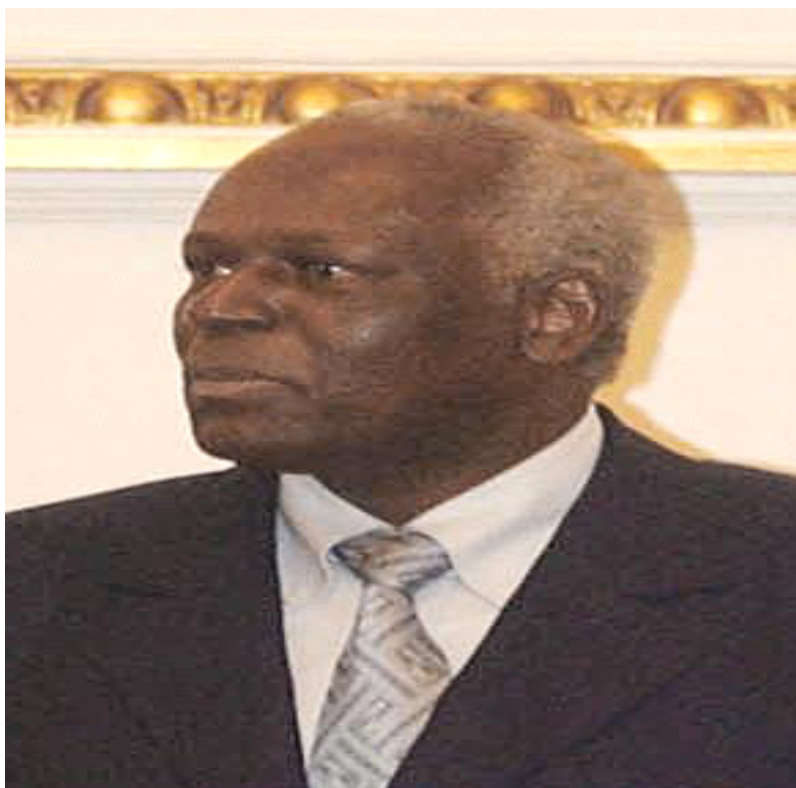


Figura 11: Atual presidente de Angola: *José Eduardo dos Santos* (MPLA).
Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Angola.JoseEduardoDosSantos.01.jpg>.

As transformações observadas na economia de Angola, desde sua “libertação” do “colonialismo perverso” português até as eleições gerais de 1992 [...] fazem parte de um longo processo, de um contínuo cujas origens remontam à sua ancestral formação cultural, política e social, residente na história que se procurou retratar. As condições de sua libertação; a herança da chamada “colonização por dependência”; a configuração particular do seu “socialismo”; a importância e a dependência do “enclave capitalista” em sua economia; a funcionalidade inicial e a ineficácia de longo prazo da “economia centralmente planejada”; dentre outros aspectos, estão todos relacionados diacronicamente entre si. (MENEZES, 2000, p. 333)

4 Angola sob uma perspectiva socioespacial

O olhar geográfico sobre o cenário da guerra civil em Angola torna-se de grande importância na tentativa de alcançarmos uma visão mais apurada sobre os acontecimentos sociais, políticos e econômicos que moldaram esse Estado africano até os dias de hoje. Debruçamo-nos, assim, sobre esse conflito sob uma perspectiva socioespacial, que agrega elementos essenciais da história de Angola, buscando uma compreensão mais ampliada acerca dos desdobramentos desse conflito.

Muitas vezes as guerras e conflitos ocorridos no continente africano não são devidamente explorados pelos pesquisadores, e embora haja no Brasil atual um maior interesse pela África e suas questões, o foco principal das pesquisas, ainda assim, gira, na maioria das vezes, em torno do continente europeu ou americano. Procuramos construir um trabalho que possa contribuir, a partir de uma análise geográfica, para o conhecimento da situação de Angola engendrada pela guerra civil e seus desdobramentos, visando subsidiar ainda mais a história de (re)construção deste país e a dimensão socioespacial do conflito.

Primeiramente, é importante acrescentar nesse trabalho a definição de *espaço*, objeto-chave dos estudos geográficos. Valemo-nos aqui, uma vez mais, de Milton Santos (2009), para quem o espaço é definido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações que interagem entre si na superfície terrestre. O espaço é formado por um conjunto de objetos organizados segundo uma lógica e acionado por outra lógica, a ação. Os sistemas de objetos e sistemas de ações interagem – a partir da nossa sociedade – revelando as questões socioespaciais que dos fenômenos se manifestam. Assim, “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá.” (SANTOS, 2009a, p. 63)

O autor elucida a noção de “objetos”, subscrevendo que,

[...] para os geógrafos, os objetos são tudo o que existe na superfície da Terra, toda a herança da história natural e todo resultado da ação humana que se objetivou. Os objetos são esse extenso, essa objetividade, isso que se cria fora do homem e se torna instrumento material de sua vida, em ambos os casos uma exterioridade. (SANTOS, 2009a, pp. 72-73)

Já os sistemas de ações se dão a partir das necessidades naturais ou criadas. São necessidades imateriais e materiais, afetivas, culturais, morais e sociais. São esses fenômenos que levam o homem a agir sobre o espaço. “O espaço é hoje um sistema de objetos cada vez

mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e aos seus habitantes.” (SANTOS, 2009a, p. 63) Desta maneira, o espaço angolano foi moldado, ao longo do tempo, pelas ações e objetos engendrados pela colonização portuguesa, pelos movimentos de libertação nacional, pela influência ideológica da União Soviética, por uma intensa guerra civil, e por fim, pelo processo de redemocratização do país.

Acrescentamos aqui a variável da técnica, que também comparece como um elemento importante na guerra civil em Angola, significativamente imbricada ao território em sua estreita relação entre o homem e a natureza. Milton Santos (2009a) esclarece-nos que a principal forma de relação do homem ao meio no qual vive e se reproduz é dado pela técnica, ou seja, a abrangência dos fenômenos técnicos viabiliza uma melhor noção de espaço geográfico. O geógrafo postula ainda que “as técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço.” (p. 29) Acrescentamos ainda que as técnicas recobrem o tempo quantitativamente e qualitativamente, participando da produção e percepção do espaço sendo um fenômeno histórico. “Cada técnica pode, desse modo, ter sua história particular de um ponto de vista mundial, nacional ou local.” (SANTOS, 2009a, p.58) Portanto, a guerra civil em Angola tem sua história particular moldada pela técnica em âmbito mundial (Guerra Fria), nacional (luta anticolonial) e local (diferenciação de grupos étnicos), direcionando esse conflito para diferentes escalas de análise. Santos (2009a) salienta que as técnicas podem ser constituídas a partir das seguintes condicionantes:

- da produção;
- do transporte;
- da comunicação;
- do dinheiro;
- do controle;
- da política;
- da sociabilidade;
- da subjetividade.

O espaço e as técnicas aplicadas pelos seres humanos são efetivamente perceptíveis dentro da análise socioespacial da guerra civil angolana, mostrando que muito mais do que um “simples” conflito militar, esta guerra apresenta elementos variáveis que explicam o

porquê de se chegar ao ponto desta drástica decisão de entrar em guerra para se conseguir o objetivo almejado.

Sendo assim, acrescenta-se neste trabalho outro elemento importante para a análise socioespacial da guerra civil em Angola, que ajuda a esclarecer as eventuais projeções político-econômicas deste país e que redefinem a sua organização espacial. Neste momento, consideramos o espaço como um conjunto de fixos e fluxos que são definidos por Milton Santos como:

os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também se modificam. (SANTOS, 2009a, p. 62)

Santos aponta que os “fixos e fluxos juntos, interagindo, expressam a realidade geográfica e é desse modo que conjuntamente aparecem como um objeto possível para a geografia. Foi assim em todos os tempos, só que hoje os fixos são cada vez mais artificiais e mais numerosos, mais rápidos.” (2009a, p. 62) Dessa maneira, os fixos enraizados no território angolano dão uma nova dinâmica aos fluxos e, conseqüentemente estabelecem uma relação mútua que conduzem essa sociedade numa projeção fruto de políticas externas – de Portugal e URSS – e interna – das Lutas anticoloniais e na busca pelo poder nacional. As ideias socialistas implantadas por Agostinho Neto e José Eduardo dos Santos (MPLA) em Angola, gerou inúmeras mudanças na organização espacial desse país, pois os fixos e os fluxos nasceram a partir de uma lógica político-econômica que conduziram Angola ao estágio atual da sua realidade geográfica, cercada por guerras e muita miséria. Por outro lado, a UNITA de Jonas Savimbi lutou para que essa realidade geográfica fosse (re)configurada, para que os fixos e os fluxos ganhassem uma nova roupagem, mais condizentes com suas ideias socioeconômicas, e assim, queria estabelecer uma nova organização espacial deste lugar, criando novos fixos, fluxo, objetos, ações, e novas técnicas.

Desse modo, de acordo com as considerações de Santos (2009b) “[...] é impossível analisar o espaço e sua evolução sem levar em conta o papel do Estado na vida econômica e social.” (p. 27) O estudo do espaço é fundamental, pois ele agrega inúmeros elementos socioespaciais que nos ajuda a explicar, de uma forma mais concreta, inúmeros desdobramentos sociais e políticos que levaram Angola à guerra civil e à plena pobreza. Dessa maneira, é importante salientar que é impossível acabar com as desigualdades sociais

sem reformular a organização do espaço, e do papel do Estado, que também ganha outra perspectiva, posto ser ele o grande gestor do território e controlador da estrutura econômica.

Angola, a partir do controle do Estado pelo MPLA, de Agostinho Neto, e sua estrutura político-ideológica ancorada no socialismo soviético, foi conduzida a um estado de pobreza socioeconômica que apresenta resquícios importantes até os dias hoje. É a partir daí que se configura uma série de transformações que não foram nada satisfatórias aos angolanos.

Pobreza e riqueza são realidades antagônicas, embora complementares, pois uma não pode existir sem a outra. O problema de eliminar a pobreza, isto é, de suprimir as diferenças de renda criadas por um processo produtivo gerador de desigualdades, supõe uma mudança no próprio processo produtivo, o que vale dizer, das relações do homem com a natureza e dos homens entre si. (SANTOS, 2009b, p. 68).

A guerra, a falta de estrutura física e a pobreza mostram-nos o quanto é importante o papel que um Estado democrático pode desempenhar na vida de uma sociedade. E, infelizmente, muitos desses problemas foram gerados a partir do próprio Estado e do modelo imposto pelo Banco Mundial e pelo FMI, numa explícita condição de submissão aos grandes interesses econômicos, representados e resguardados por essas instituições financeiras, as quais, em larga medida, estão na base do desenvolvimento da globalização da pobreza, numa espécie de reino da tirania do dinheiro. Dessa maneira, afirma Wolkmer (1989) que “a expansão da economia imperialista intensifica a sangria dos mercados dos países pobres e amplia as desigualdades de intercâmbio do comércio mundial, restringindo ao Terceiro Mundo a mera função de exportador de produtos primários e importador de capital e tecnologia.” (p. 20)

Sendo assim, o Estado, mais que antes, dá evidências de estar colado à economia, e os interesses privados, do mesmo modo, ampliam participação e sua força (poder) nas instâncias de comando da “coisa pública”. Mas não se pode também perder de vista que a todo poder correspondem, historicamente, contrapoderes, havendo sempre a possibilidade das pessoas fazerem valer mais suas demandas e necessidades, com vetores emergindo de baixo para cima, podendo mesmo redefinir o rumo e o sentido dos acontecimentos. “Há, contudo, aqueles locais que parecem “especializados” na reprodução do poder, no exercício da força e/ou na difusão de normas de conduta.” (HAESBAERT, 2009, p. 84)

Angola, assim como muitos outros países já mencionados, vive essa contradição de submissão ao capital e a política internacional. O Estado e o próprio planejamento encontram-se numa encruzilhada, de um lado o mercado e os interesses corporativos em jogo; de outro as

demandas sociais e a busca pela democracia. Dessa maneira, afirma Santos (2009b) que “é inútil imaginar que a pobreza poderá ser eliminada sem a modificação da atual estrutura da produção, dos investimentos e do consumo.” (p. 68) Ora o Estado se alia aos interesses do mercado, ora se contrapõe a eles, buscando impor-lhe certos limites. Trata-se de uma relação essencialmente ambígua e contraditória. E Angola não foge a essa condição.

[...] os graves problemas das sociedades não desenvolvidas são causados pela tipicidade das relações de forças que se estabelecem a partir do modelo de estruturas inadequadas a nível interno e externo. O trabalho tem uma preocupação globalizante, pois tanto se preocupa com a caracterização da estrutura de dominação mundial e seus impactos sobre as periferias (fatores externos) quanto reconhece a significação e os efeitos que vêm exercendo as fontes de estagnação e subdesenvolvimento internos (oligarquias civis e militares, elites conservadoras, corruptas e autoritárias).” (WOLKMER, 1989, p. 65)

Perseguindo um pouco mais as reflexões de Santos (2008), quando estudamos o espaço e sua organização, entendemos como ele está estruturado e como a acumulação do tempo histórico nos ajuda a compreender a atual organização espacial, e também os fenômenos que nela se objetivam, podendo alcançar maior duração espaço-temporal. Nesse sentido, o contexto atual do espaço angolano é fruto também de sua história mais recente, que deixou marcas profundas na sociedade e no território de Angola, podendo-se apontar aqui a ideia miltoniana de “rugosidades”⁶. Em outras palavras, estas se traduzem como marcas ou grafias que se mantiveram, por sua força de inércia, no espaço e na paisagem pela ação social em sua diversidade, capazes de interferir e exercer condicionamentos em dinâmicas evolutivas da sociedade – o que aqui não se confunde com a ideia de evolucionismo – mais atuais e também futuras, que, no caso angolano, mais especificamente, se mostram emaranhadas às mazelas político-econômicas produzidas num período não tão distante - o da guerra civil angolana. Á medida que as “rugosidades” podem reverberar no presente e no futuro, pode-se falar em “inércia dinâmica”, nos termos de Milton Santos.

[...] os homens como sujeitos da História e de sua temporalidade podem produzir acontecimentos e mudanças, ou impedi-los de se concretizarem. Podem construir referências ou destuí-las. Podem reafirmar o poder, ou contestá-lo, podem tolher a liberdade do ser ou reafirmá-la. (DELGADO, 2010, p. 37)

⁶ Milton Santos assinala: “Chamaremos rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos.” (SANTOS, 2009a, p. 140)

É nesse contexto que o MPLA de Agostinho Neto – depois de tomar o poder em 1975 – implanta em Angola uma política enraizada nas ideias contidas de uma sociedade socialista conduzida pela União Soviética, vivendo intensamente a acumulação desse tempo histórico. Neste momento, a Guerra Fria estava no auge de sua plenitude atingindo em larga escala praticamente todos os países do mundo.

Com o advento de uma sociedade mundial, também o espaço se tornou mundial. Num mundo em que as determinações se verificam em escala internacional, num mundo universalizado, os acontecimentos são comandados direta ou indiretamente por forças mundiais. É a unidade dos acontecimentos e a cumplicidade das formas que perfazem a unidade do espaço. Pode dizer-se que o espaço atual é global. (SANTOS, 2009b, p. 25)

Sendo assim, Santos (2009b) postula que a relação entre os países, de forma geral, segue uma ordem hierárquica cheia de contradições. De acordo com ele, é importante analisar as estratégias político-econômicas dos países ricos em detrimento das características socioculturais dos países mais pobres, bem como as diversas formas de nacionalismo que se perpetuam em alguns países, como, por exemplo, do continente africano, que ele, aliás, conheceu bem. Angola se inseriu no espaço mundializado e a mercê das potências mundiais, fazendo com que três grupos nacionalistas (UNITA, MPLA e FNLA) buscassem o poder e uma autonomia étnica perante os outros grupos, incluindo nesse embate países como EUA, URSS, Cuba, África do Sul e Zaire. Esse fato mostra que as contradições que já existiam internamente ficaram ainda mais afloradas no território angolano, repercutindo em uma guerra civil implacável. A imensa exploração dos recursos naturais e humanos ganha projeção nesse cenário, uma vez que a exploração e os negócios lucrativos em torno do petróleo sempre foram alvo da cobiça de potências mundiais, o que gerou profundos contrastes no país entre acumulação de riqueza e o avanço da pobreza. “As enormes disparidades de renda que caracterizam os países subdesenvolvidos têm também consequências espaciais.” (SANTOS, 2003, p. 125)

Então, caminhando nesse sentido Santos (2009b) enceta a seguinte questão: “Que dizer do fato de duas grandes potências, e só elas, conhecem melhor do que ninguém as riquezas naturais dos demais países e elaboram as técnicas de sua utilização?.” Angola é um exemplo claro da utilização das técnicas por uma grande potência mundial como a União Soviética e os EUA – através da exploração de petróleo feito por grandes empresas petrolíferas – dentro de outro país. Isso acabou gerando riqueza para uma minoria ao mesmo tempo em que fez agravar a condição de pobreza de uma grande maioria. Assim, o espaço angolano torna-se

uma totalidade menor dentro de uma totalidade muito maior, que é o espaço mundial, com seus diferentes contrastes.

A proposta do Terceiro Mundo por uma nova ordem econômica internacional dinamiza-se através de uma efetiva mudança nas tradicionais relações entre Norte-Sul, abrindo espaço para um diálogo construtivo que supere os graves impasses acerca do comércio mundial, do uso da ciência e da tecnologia, da espoliação das riquezas naturais e de uma eficiente política sobre os recursos financeiros. Não será fácil, entretanto, a organização e implementação de uma política comum “terceiro-mundista” para fazer às frente às nações ricas e aos blocos imperiais hegemônicos, principalmente levando em consideração as rivalidades internas, as diferenciações culturais e as acentuadas heterogeneidades político-ideológicas do Sul. Este é o maior desafio que compete às lideranças do Terceiro Mundo, ou seja, a primazia de uma integração global, a responsável mentalização de unidade e a superação de intransigências nacionais e regionais. (WOLKMER, 1989, p. 18)

Em outra análise, Andrade (1997) salienta sua discussão em torno do imperialismo e da fragmentação do espaço, dizendo que o imperialismo acabou fragmentando o espaço criando países pobres e conseqüentemente fortalecendo países que eram potências imperiais como os Estados Unidos e a União Soviética, que mantiveram influências regionais e mundiais em todo o globo. Os países do chamado terceiro mundo (como Angola) continuaram a ser dominados e explorados mesmo no pós-independência, isso foi resultado da fragmentação do espaço e seus efeitos.

Concluída a Segunda Guerra Mundial observou-se que o mundo estava sendo polarizado para duas facções: aquela dos países que optaram por um caminho capitalista e foram satelizados pelos Estados Unidos e aquela dos que optaram pelo sistema socialista e foram satelizados pela União Soviética. Os países do chamado Terceiro Mundo, embora vivendo em baixos níveis de desenvolvimento econômico, mas sem terem ainda atingido o estágio do capitalismo e do socialismo, fizeram opções que geraram alianças e laços de dependência. (ANDRADE, 1997, p. 63)

Ainda para Andrade (1997):

[...] em Angola a situação era mais grave do que na Guiné e em Moçambique porque aí os partidários da independência se dividiam em três facções: a) uma financiada pelas empresas multinacionais e chefiada por Holden Roberto, que logo foi eliminada; b) outra socialista, com o apoio cubano e soviético, que ascendeu ao poder depois de controlar Luanda; c) e uma terceira, apoiada pela África do Sul, formada por negros de tribos do sul do país. (p. 59)

Angola depois da independência continuou sendo influenciada por Portugal, porém em menor escala, sendo também influenciada pelas duas maiores potências econômico-militares da época. Para José W.Vesentini (2003), os interesses dominantes dos Estados mais fortes (EUA e URSS) geram mudanças na organização, estruturação, construção do espaço, e nos

Estados-Nações com suas fronteiras e soberanias compartimentadas na superfície terrestre. “Malgrado as contradições sociais se manifestarem materialmente no espaço, não se pode, no entanto, esquecer que o espaço global da nossa época revela um amplo predomínio das relações (internacionais) de dominação.” (VESENTINI, 2003, p. 19) Relações internacionais de dominação que tomaram conta da Geopolítica planetária, conduzindo Angola para um pensamento político engendrado em um desses polos de poder, no socialismo da URSS. O espaço angolano foi reorganizado seguindo o ritmo dessas condições, uma vez que os interesses dominantes mudaram o sentido da construção do espaço em Angola, com sua tradição, costumes, condição socioeconômica e pensamento político. Este país recém-independente se viu dentro de um conflito de interesses internos e externos, por isso dentro de um espaço fragmentado Angola torna-se um país pobre, restando apenas ao Estado liderado por Agostinho Neto seguir, à época, as orientações da União Soviética. Sendo assim,

[...] esse “pelotão de retardatários”, via de regra, é formado por Estados que vivenciaram sangrentas guerras internas ou que conheceram regimes políticos extremamente retrógrados e/ou corruptos, cujas elites colocaram em bancos externos grande parte dos recursos nacionais, que nunca investiram seriamente em educação e saúde, que nunca valorizaram nem os recursos naturais e menos os humanos. (VESENTINI, 2003, p. 122)

Por outro lado, de acordo com Haesbaert e Gonçalves (2006) – a partir de um olhar geográfico sobre a guerra civil em Angola – o mundo se encontrava, nesse período, sobre o prisma da ordem e desordem mundial, pois os atores hegemônicos e as redes globais que desenham os territórios através dos agentes que os produzem “podem servir tanto para unir como para fragmentar o mundo, para agravar (como tem predominado) ou para melhorar as condições da vida humana.” (p. 11) No caso de Angola, as condições de vida da população foram agravadas negativamente causando diversos problemas sociais e políticos que perpetuam até hoje.

É nesse sentido que a exclusão socioespacial e as desigualdades se manifestam, causando resistências internas que lutam por autonomia e desenvolvimento. Esta é uma parte importante dentro desse conflito, pois os grupos de libertação UNITA e FNLA lutaram contra o MPLA para livrar o país de uma política concentrada num modelo socialista de desenvolvimento, que seguia as regras do agente dominante que influenciou muitos países nessa época. Para Haesbaert (2009) “muitos espaços, ao mesmo tempo em que se inserem na reprodução de uma rede centralizada e hegemônica de poder, participam da geração de “micropoderes”, onde a disciplinarização cotidiana tem lugar.” (p. 84)

A maior dificuldade enfrentada por Angola foi, sem dúvida, a guerra que ocupou pelo menos dezoito de seus vinte anos de existência soberana. Uma guerra que teve como causa imediata a tomada do poder pelo MPLA, em 1975, expulsando os outros grupos do “governo de transição” idealizado pelos portugueses, mas que tem explicações muito mais profundas, residentes nas diferenças tribais e regionais representadas nos principais “grupos de libertação” (MPLA, UNITA e FNLA) e nas implicações internacionais decorrentes da opção “socialista” do novo governo. (MENEZES, 2000, p. 212)

De acordo com FOUCAULT (1979) *apud* VESENTINI (2003, pp. 13-14):

[...] as relações de poder, em qualquer nível (do micro ao macro, da sala de aula às relações internacionais), sempre necessitam e engendram uma certa (re)organização do espaço. As relações de poder – sejam ao nível econômico, político-diplomático, militar ou até cultural – não se inscrevem numa lógica puramente temporal, mas só existem como situações concretas de lutas e estratégias, de ações e reações, de domínios e confrontos, de materialidades enfim. A dimensão espacial recoloca o contingente, as diferenças e alteridades, a complexidade que existe por trás de uma lógica aparentemente unívoca. É por isso que não existe “o” poder, no singular, e sim poderes (que se vinculam a espaços) ou situações concretas de exercícios do poder.

De acordo com Andrade (1997) “uma das formas de reorganização e de modernização do processo de dominação imperialista foi a da fragmentação do espaço, a qual é observada tanto ao plano de Estados, como ao de distribuição entre os Estados, das várias nações e grupos sociais. (p. 75) As nações imperialistas estimularam de forma ideológica e militar as lideranças locais por ela tuteladas e esta política intensificou as diferenças nacionais no território angolano ao longo do tempo. Assim, afirma Wolkmer (1989) que “[...] deve-se responsabilizar as articulações “manipuladoras” dos blocos imperiais dominantes, as quais têm primado, historicamente, por alimentar conflitos e rivalidades regionais, além de dividir e limitar a capacidade de negociação do Terceiro Mundo.” (p. 19) Dessa maneira, Angola tornou-se vulnerável à política dos países hegemônicos com sua liderança mundial. Essa foi uma corrida por espaços (Estados) que mais interessavam no sentido econômico e territorial, incluindo Angola numa disputa entre países ricos e as nações pobres que tinham como objetivo central a busca pela libertação. É nesse sentido que Angola se insere dentro de um mundo mundializado onde, de acordo com Menezes (2000):

[...] muitos fatores de natureza econômica, política e social, do período posterior à Segunda Guerra Mundial, tiveram determinação sobre o tema do desenvolvimento econômico, como a Guerra Fria, o fim do colonialismo, a dualidade característica da diferença entre “socialismo” e “capitalismo”, o uso de diferentes instrumentos para o desenvolvimento (dentre eles o

planejamento central), a ascensão e o declínio da União Soviética, a reorientação econômica geral diante do fenômeno da globalização mundial, dentre outros. (p. 30)

Mais uma vez, acrescenta Menezes (2000):

não obstante a opção dos dirigentes do MPLA pelo “socialismo”, desde cedo a economia angolana se mostrou dependente de um volume de recursos (para financiar a organização inicial do novo país, sustentar suas atividades bélicas e recolocar Angola no caminho do desenvolvimento) que não podia provir – pela sua própria magnitude – da “cooperação socialista”. Apesar de vinculada à União Soviética e de se declarar “socialista”, Angola herdaria de Portugal um importante condicionante que lhe seria decisivo, tanto naquele momento inicial, quanto nos acontecimentos ulteriores: suas reservas petrolíferas se encontravam nas mãos de grandes companhias internacionais capitalistas que possuíam, desde meados dos anos 50, concessão da metrópole para exploração do produto até, pelo menos, o final do século. (p. 209)

Portanto, passados alguns anos do fim da guerra civil após a morte em combate do líder da UNITA Jonas Savimbi em 2002, e com Angola ainda governada desde 1979 por José Eduardo dos Santos (MPLA) – que entrou no poder após a morte de Agostinho Neto sendo eleito presidente do país através do voto popular – o país flexibilizou suas leis abrindo sua economia ao capital estrangeiro. Durante quase trinta anos de guerra, a economia de Angola foi muito prejudicada, colocando este país no patamar de um dos mais pobres do continente africano. É nesse sentido que a organização espacial de Angola ganha um novo contorno, bem diferente se comparado com o período da guerra civil, reflexo das novas políticas implantadas pelo estado, apresentando algumas melhorias.

Angola, no momento atual, apresenta boas taxas de crescimento econômico principalmente impulsionado pela exportação de petróleo. Já não mais dependente do cultivo e produção de café, a agricultura ganhou força em outros setores, como na produção de algodão, fumo, borracha, batata, arroz, cacau e banana. Na pecuária, o país apresenta rebanhos de bovino, caprino e suíno. O setor de mineração mostra-se muito forte, uma vez que Angola é um país rico em minerais como diamante e ferro, possuindo também jazidas de cobre, manganês, mica, chumbo, estanho, ouro, prata e platina. O seu parque industrial concentra-se no beneficiamento de cereais, carnes, algodão e fumo, acrescentando também a produção de cerveja, pneus, fertilizantes, celulose, aço, cimento, madeira e refino de petróleo. Com grande potencial energético, Angola dispõe de usinas hidrelétricas que alimentam essas indústrias, e com a construção civil crescendo em ritmo acelerado, uma vez que a infraestrutura do país e o setor imobiliário foram, em larga escala, destruída pela guerra. É

importante acrescentar que o país está integrado a dois blocos comerciais, a OMC e a União Africana, apresentando um PIB anual de 126,2 milhões de dólares e inflação girando em torno de 10,3% ao ano⁷.

Entretanto, não podemos deixar de observar que, infelizmente, a sociedade angolana ainda sofre com os resquícios de uma ditadura que esteve presente em boa parte de sua história. No país, ainda não se concretizou uma democracia plena e a imensa parte da população ainda sofre com a falta de liberdade e pobreza. “*O acelerado crescimento do PIB pouco se reflete na melhora da qualidade de vida da população. Na capital Luanda, a extravagância dos ricos contrasta com a falta de educação, luz, água e rede de esgoto.*” A repressão contra a imprensa e contra aqueles que não concordam com algumas políticas do governo são totalmente reprimidas em Angola. Recentemente, houve uma série de protestos em várias cidades do país impulsionadas pelo grande descontentamento por parte da população, motivada pelo forte autoritarismo e pela corrupção do governo. O regime de José Eduardo dos Santos (MPLA) reprimiu fortemente as manifestações, com o uso de forte aparato militar, pondo em operação helicópteros da força aérea e a utilização de substâncias tóxicas internacionalmente proibidas. Alguns manifestantes foram presos, outros feridos, até mesmo contabilizando mortos, e muitos ativistas e membros de outros partidos políticos, ao longo desse tempo, são perseguidos pelo governo,

estamos vivendo uma situação insustentável e, lamentavelmente, a comunidade internacional está ao lado do ditador. Temos que refletir e combater essa situação porque o problema do país já está identificado. Estamos copiando as manifestações do norte da África, mas o grau de repressão em Angola continua muito selvagem.

Apesar de o governo permitir a participação de outros partidos políticos no Parlamento, a diferença de deputados é muito grande, com cerca de 175 membros do MPLA contra 45 de outros partidos, sendo que o governo controla os meios de comunicação, as empresas e até mesmo o tipo de música que a população deve ouvir⁸.

⁷ Informações acessadas em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Economia_de_Angola

⁸ Informações acessadas em: <http://www.pordentrodafrica.com/noticias/protestos-em-angola-o-regime-autoritario-usou-todos-os-meios-belicos-contra-o-povo-parecia-guerra-diz-ativista>

Por outro lado, vale acrescentar que o Programa de Indicativo Nacional⁹ para Angola de (2008-2013) estabelece um investimento de 227,9 M€ com prioridade nas áreas de:

- Governação e apoio às reformas econômicas (20%);
- Desenvolvimento social e humano (32%);
- Desenvolvimento rural, agricultura e segurança alimentar (32%).

Sendo assim, os planos do Programa de Indicativo Nacional informam que:

Desde o fim da guerra em 2002, e com a chegada da paz, Angola tem avançado muito rapidamente em todos os setores e a situação a nível político e econômico têm melhorado consideravelmente. O país está em plena reconstrução depois da destruição de importantes infraestruturas econômicas e sociais provocadas pelo longo conflito. Tendo em conta esta situação, os indicadores sociais melhoraram, e deverão mostrar resultados positivos nos próximos anos e permitir uma importante redução da pobreza em todo o país. O país conhece um período de estabilização política. O processo de desmobilização e reintegração deverá ser finalizado em 2007, com a reintegração dos ex-militares da UNITA e suas famílias. Progressos no processo de democratização são perceptíveis. O pacote eleitoral foi adaptado em Agosto de 2005. O registro eleitoral iniciou em Novembro de 2006 e deverá atingir aproximadamente 7,5 milhões de eleitores até final de 2007. Em termos de calendário, foi adaptado no fim de 2006 o compromisso político para a realização de eleições legislativas no primeiro semestre de 2008 e presidenciais no primeiro semestre de 2009.

Os avanços no setor econômico são impressionantes, com a taxa de crescimento do PIB das mais elevadas de África em 2006 (aproximadamente 20%) e o controle da inflação (12.2% em 2006). Os rendimentos petrolíferos representam um motor para a economia e para o aumento das despesas públicas, contribuindo para o ritmo elevado de reconstrução do país. Mas estão igualmente a ter um efeito positivo no desenvolvimento dos setores não petrolífero. A dívida pública foi reduzida consideravelmente e as reservas monetárias são significativas. Contudo, o Governo está consciente da necessidade de promoção da diversificação da economia, particularmente no setor agrícola, no qual Angola dispõe de um potencial importante, e em outros sectores que podem gerar empregos. No domínio social, muitos progressos deverão ser atingidos, tendo em conta o número importante de grupos vulneráveis

⁹ Informações disponibilizadas em:

http://eeas.europa.eu/delegations/angola/documents/project/csppt_assinadoCompleto_internet_pt.pdf

(deslocados e refugiados em processo de reinserção social, população vivendo em condições muito difíceis e crianças).

Os indicadores sociais são fracos, sobretudo no setor da saúde (taxa de mortalidade infantil de crianças com menos de 5 anos é de 25%, e a taxa de mortalidade materna é de 14 por mil). A situação epidemiológica é preocupante, particularmente devido à epidemia de cólera. Neste contexto, o acesso à água potável surge como uma prioridade imprescindível. No domínio da educação, apesar dos esforços realizados pelas autoridades em termos de construção de infraestruturas escolares, de formação e contratação de professores, a qualidade da oferta pedagógica continua a ser um desafio. A problemática do reforço de capacidades e de recursos humanos são os principais constrangimentos para o desenvolvimento sustentável do país, afetando diretamente o setor público. Contudo, o estado continua a encontrar dificuldades na planificação e na gestão dos assuntos públicos tendo em conta o número insuficiente de quadros qualificados necessários para desempenhar cabalmente as suas prerrogativas. Este diagnóstico é partilhado tanto pelas autoridades nacionais como por todos os parceiros internacionais de desenvolvimento.

Portanto, este “novo” país, ainda recém-independente, calcado em inúmeras mudanças em sua dinâmica socioespacial, ainda caminha a curtos passos para a revolução, o caminho está traçado, agora é só uma questão de tempo para que Angola consiga uma efetiva mudança em sua estrutura política, social e econômica.

5 O conflito na vida real

Propomos relatar a experiência vivenciada por Alberto Gentil Pimenta Filho (falecido em 1996) e Maria das Graças Barbosa Pimenta, os quais, no início da década de 80, viveram em Angola realizando pesquisas agropecuárias a serviço do governo de José Eduardo dos Santos (MPLA). Esse fato nos esclarece como se deu efetivamente a guerra civil em Angola, pois mostra a realidade social, política e econômica durante esse tempo. É nesse sentido que esse assunto se torna tão importante dentro da geografia, uma vez que este conflito traz à tona elementos de fundamental importância dentro das discussões geográficas e geopolíticas, pois trata de assuntos relacionados à economia, política, sociedade e natureza. Entraremos, assim, no percurso de nossa análise, num momento quase que único, na medida em que são raros os casos de brasileiros que passaram por situação parecida em outros países do mundo.

No mês de setembro de 1980, Alberto Gentil Pimenta Filho, engenheiro agrônomo formado pela Universidade Federal de Viçosa foi contratado por uma empresa brasileira de serviços agropecuários sediada em São Paulo, e que atua na África desde 1976 e em Angola desde 1980, para prestar serviços de planejamento e assistência técnica da produção agrícola das fazendas. Esta empresa, em parceria com o governo angolano, estava à procura de profissionais de diversas áreas com o intuito de realizar pesquisas que pudessem contribuir na melhoria das condições agropecuárias do país, bastante prejudicadas pela guerra civil.

Alberto Pimenta, juntamente com outros profissionais brasileiros, foi um dos selecionados para trabalhar em Angola. Tal empreendimento chamou sua atenção, uma vez que a remuneração era bem acima daquela oferecida no Brasil. Mesmo sabendo da guerra civil, os brasileiros foram para Angola com o governo disponibilizando moradia (em fazendas), alimentação e segurança através do suporte militar do governo angolano, com o envio de soldados das forças armadas. Alberto, juntamente com sua esposa, Maria das Graças, e mais um casal de colegas brasileiros, foram alojados na fazenda Longa, situada a aproximadamente 240 km da Capital Luanda, na província de Kwanza Sul. Alberto Pimenta era o chefe da equipe, composta por 16 técnicos, sendo que 8 moravam na fazenda Longa.

das regiões rurais para a urbana, com cerca de 600 mil camponeses migrando para os grandes centros urbanos na tentativa de se livrar da proximidade e dos efeitos da guerra.



Figura 13: *Alberto Pimenta*, agachado à direita, com soldados do governo – *Os FAPLA* (1981).
Fonte: Arquivo pessoal disponibilizado por Leandro Pimenta.



Figura 14: À esquerda, *Alberto Pimenta* com soldados do governo – *Os FAPLA* (1981).
Fonte: Arquivo pessoal disponibilizado por Leandro Pimenta.

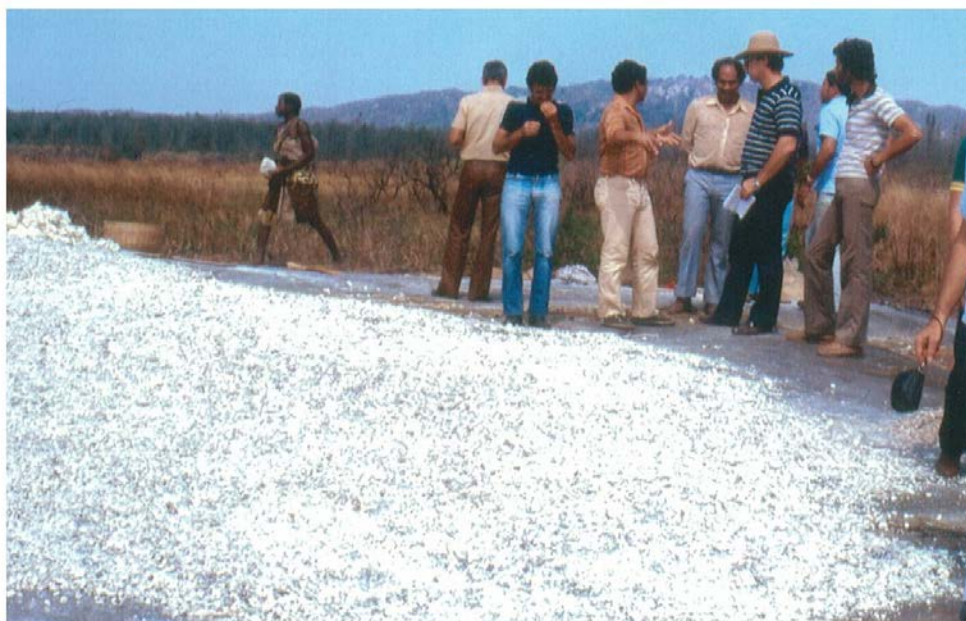


Figura 15: Produção de mandioca – fazenda *Longa* (1982).
Fonte: Arquivo pessoal disponibilizado por Leandro Pimenta.



Figura 16: Angolanas trabalhando no cultivo de hortaliças (1982).
Fonte: Arquivo pessoal disponibilizado por Leandro Pimenta.

No início da década de 80, já passados alguns anos de guerra civil, e com uma ditadura mais enfraquecida, observou-se as limitações que a sociedade angolana passava naquele momento. Uma delas era a ditadura imposta pelo governo socialista, que suprimiu as liberdades individuais, proibindo, assim, quaisquer questionamentos pelo povo que pudesse

contrariar o regime estabelecido. Tudo era fortemente controlado, a liberdade de criticar, consumir e se manifestar era totalmente reprimida pela MPLA, assim como a liberdade de ir e vir, uma vez que para se locomover dentro do país só com autorização do governo. Além disso, existiam apenas empresas estatais – salvo aquelas empresas direcionadas para a extração de petróleo e minério – e o poder de compra de muitos produtos e mercadorias comercializados no país também era imposta pelo governo. Segundo Menezes (2000) Angola era constantemente vigiada por centenas de polícias nas ruas que impunham uma série de normas à população. Sendo assim, a partir desse cenário político-ideológico, acrescenta Linhares (1986) “[...] ao comunismo corresponderia um sistema autoritário de poder controlado pela burocracia do partido oficial (comunista), o controle estatal da economia e da sociedade, a ausência de liberdade individual [...].” (p. 21)

Somente nos anos 80, com assinaturas de acordos com Portugal e a ida de empresas brasileiras para a África, Angola voltou a intensificar suas relações com o Ocidente, relação esta que antes ficara restrita à compra de produtos que continuou sendo feita principalmente na Europa e países vizinhos. Durante toda fase inicial de sua história (até a paz de 1991/1992), os Estados Unidos, por exemplo, líderes da face oposta da Guerra Fria, que chegaram a anunciar um embargo econômico e militar ao país, mantinham relações apenas de absorvedores da oferta de petróleo, através de suas companhias que continuaram a atuar no país. Financiando a guerra de guerrilhas praticada pela UNITA, bem como cooperando com invasores sul-africanos e com os mercenários que pretendiam desestabilizar o regime “socialista” angolano, desde cedo os EUA foram considerados o inimigo número um do povo angolano, sendo referido sempre como “grande satã” na mídia nacional (MENEZES, 2000, p. 212).

Parte das riquezas do país estava concentrada nas mãos dos políticos ou das classes sociais mais bem estruturadas economicamente, as desigualdades sociais eram muitas, agravadas ainda mais pela guerra civil. Um dos motivos da guerra feita pela UNITA de Jonas Savimbi contra a MPLA foi exatamente pela libertação do país, que estava enraizado numa política interna e externa que se configurava a partir de ideias e diretrizes do governo socialista da União Soviética. Para Linhares (1986) “[...] as guerras anticoloniais e de libertação nacional vieram trazer novos elementos de complexidade à competição entre Ocidente e Oriente, entre capitalismo e socialismo, entre imperialismo e nacionalismo.” (p. 22)

Desse modo, assinala Savimbi (1979):

o nosso combate está ligado ao nosso desejo de liberdade. Da mesma forma que combatemos os portugueses colonialistas, estamos hoje a combater os russos e os cubanos impostores. Será dessa, também, que havemos de

combater aqueles que, por oportunismo, contribuem com o seu dinheiro e com a sua técnica para a consolidação da repressão russo-cubana no nosso país.” (p. 70)

Com o passar do tempo os técnicos estrangeiros e suas famílias, na medida do possível, foram se adaptando a esse novo estilo de vida, em um país africano cercado por uma série de limitações político-econômicas, ao mesmo tempo em que as pesquisas agropecuárias se desenvolviam nas fazendas. A calma que até então imperava na fazenda Longa ao longo desse tempo não durou muito, até que certo dia o pior aconteceu. No dia 1 de novembro de 1982 às 4 horas da manhã os guerrilheiros da UNITA chegam à fazenda Longa. Alguns técnicos estavam de férias no Brasil e os brasileiros Alberto e Álvaro só aguardavam o retorno dos colegas para que eles pudessem também sair de férias e retornar ao Brasil. Já com as férias se aproximando e por causa do eminente perigo da proximidade da UNITA que avançava cada vez mais pelo território, por sorte, as mulheres dos técnicos estrangeiros vieram para o Brasil cinco dias antes da chegada da UNITA. Assim, os guerrilheiros chegaram à fazenda, e um confronto armado foi ali travado entre os soldados “Os Fapla” e os guerrilheiros. Cerca de 40 minutos de artilharia pesada e os soldados da fazenda não resistiram ao poder dos guerrilheiros, com um contingente de 386 homens fortemente armados. O ataque começou de madrugada, com rajadas de metralhadoras e invasão das casas. Dos 30 soldados da fazenda 12 foram mortos, e o restante fugiu ou foi capturado.

Alberto Pimenta, juntamente com seu colega Álvaro, assustados com os tiros, se levantaram, pegaram seus documentos e pensaram em fugir; porém, ao tentar escapar, quase foram atingidos por rajadas de metralhadoras que vinham dos guerrilheiros em direção a casa, permanecendo ali escondidos no banheiro da sede da fazenda até o cessar-fogo. Os guerrilheiros então entraram na sede e fizeram uma varredura pelo local, saqueando tudo que pudessem utilizar em seu regresso à base da UNITA, ficando por volta de quarenta minutos dentro da casa. Tudo que desse pra ser aproveitado foi levado, até que um jovem guerrilheiro viu uma balança dentro do banheiro, e quando entrou pra pegar, encontrou Alberto e Álvaro escondidos. Eles disseram ao soldado que eram brasileiros e estavam desarmados. Então, durante esse tempo, várias minas terrestres¹¹ foram espalhadas pela fazenda, e assim começou uma longa jornada até Jamba – uma base secreta em meio a selva africana ao sul do território angolano.

¹¹ O caso de Angola, na África, é um dos mais trágicos. Depois de encerrada a guerra civil, restam por lá, no mínimo, 5 milhões de artefatos não detonados. Mas a situação pode ser bem pior, pois existem cálculos bem mais pessimistas. Como a da Cruz Vermelha, que estima em 15 milhões esse número. Ver em: <http://super.abril.com.br/cotidiano/minas-terrestres-686418.shtml>

Alberto, Álvaro e outros prisioneiros andaram cerca de 1.600km até a base da UNITA. Foram 44 dias de marcha forçada a pé, andando por volta de 30-40km ao dia e mais sete dias de caminhão. No trajeto muitos confrontos foram travados entre a UNITA e soldados do MPLA espalhados em pontos estratégicos do território. Depois desses longos e intermináveis dias de caminhada, alimentando-se ao longo do trajeto de mangas verdes, mandioca crua e mel, temendo os perigos dos animais selvagens, dormindo em baixo de árvores em meio à selva, submetidos ao frio e a chuva, extremamente cansados e com muitas dores pelo corpo os prisioneiros foram também dopados por várias vezes para que seus corpos resistissem até o destino final. Assim, os prisioneiros e guerrilheiros da UNITA chegaram à base da guerrilha, um extenso campo de concentração. Em Jamba haviam por volta de 20.000 guerrilheiros, prisioneiros de outras nacionalidades, soldados do MPLA e políticos. Vale lembrar que, como o foco central da UNITA era desestabilizar o governo, muitos estrangeiros e políticos foram presos pela guerrilha. Contudo, nos oito meses em que os brasileiros ficaram presos, não houve nenhum tipo de tortura ou maus tratos; os prisioneiros ficaram alojados em choupanas de palha, chegando até mesmo a fazer amizade com Jonas Savimbi e com vários soldados. É importante acrescentar que os brasileiros Alberto e Álvaro foram interrogados algumas vezes, pois como funcionários do governo poderiam ter informações valiosas para a UNITA.

Já no Brasil, Maria das Graças Barbosa Pimenta (esposa de Alberto), ficou sabendo por meio da mídia que técnicos brasileiros haviam sido sequestrados em Angola pela UNITA e Alberto Pimenta estava na lista dos capturados. A partir desse momento, todo esforço foi feito para que os brasileiros fossem libertados. Aqui no Brasil os familiares dos brasileiros entraram em contato com o Itamaraty¹² para que o governo pudesse intermediar as negociações de libertação com a UNITA. Porém, o Itamaraty não quis intervir nesta questão, uma vez que o governo reconhecia apenas o MPLA como partido de autoridade máxima em Angola e, por outro lado, não reconhecia a UNITA, considerando-a um grupo clandestino. Dessa forma, afirma Andrade (2001): “por ocasião da independência de Angola o Brasil foi o país que, mesmo contrariando a tendência norte americana, primeiro reconheceu o novo governo.” (p. 84) Jonas Savimbi disse que só libertaria os prisioneiros se o governo

¹² O Itamaraty é um órgão do Poder Executivo responsável pelo assessoramento do Presidente da República na formulação, no desempenho e no acompanhamento das relações do Brasil com outros países e organismos internacionais. A atuação do Itamaraty cobre as vertentes política, comercial, econômica, financeira, cultural e consular das relações externas, áreas nas quais exerce as tarefas clássicas da diplomacia: representar, informar e negociar.

formalizasse um pedido para a liberação dos brasileiros; entretanto, esse pedido não foi feito por nossas autoridades.

Mais adiante, o pedido de libertação foi feito pela Cruz Vermelha¹³ do Brasil, mas este pedido foi negado por Savimbi. Muitos contatos foram feitos nesse período até se chegar ao nome de uma pessoa que morava aqui no Brasil, em Anchieta no Estado do Espírito Santo, e que poderia intervir nas negociações. O chamavam de “irmão Cordeiro”¹⁴. Após contato com ele, descobre-se, pela grata coincidência, que Jonas Savimbi foi aluno do irmão Cordeiro e o considerava como um segundo pai. Assim, irmão Cordeiro acompanhado de representantes da Cruz Vermelha se disponibilizou em ir para Angola, em total sigilo, e conversar com Savimbi para libertar os brasileiros. Jonas Savimbi já tinha notícias e esperava ansiosamente pela chegada do seu segundo pai, já que havia cerca de trinta anos que eles não se viam. Assim, irmão Cordeiro ficou por três dias na base da UNITA a pedido da autoridade máxima da UNITA, sendo recebido com muito louvor por todos os guerrilheiros.

Após libertar os brasileiros, Savimbi formalizou um documento autorizando os brasileiros a voltar em Angola somente após o término da guerra, e fez um convite à Alberto dizendo que se a UNITA chegasse ao poder ele seria um coordenador técnico do Ministério da Agricultura. Depois de longos oito meses de confinamento em um campo de concentração, Alberto Pimenta (20 kg mais magro), Álvaro e um terceiro brasileiro – que foi resgatado pela UNITA, pois havia sido preso pelo MPLA, acusado injustamente, de acordo com Savimbi, por leis não votadas no país – foram libertados, chegando ao Brasil por intermédio da Cruz Vermelha, em junho de 1982, são e salvos.

¹³ O Movimento Internacional da Cruz Vermelha é um movimento internacional humanitário. Seu objetivo é proteger a vida e a saúde humana, prevenir e aliviar o sofrimento humano sem discriminação baseado em nacionalidade, raça, sexo, religião, classe social ou opiniões políticas.

¹⁴ Irmão Cordeiro foi um brasileiro que obteve formação Marista (a entidade Marista, por ser de cunho religioso, tem sua filosofia voltada ao catolicismo) e pedagógica. Ele abriu as fundações Maristas em Portugal e foi professor de Jonas Savimbi em Angola, financiando seus estudos nos cursos de medicina e sociologia na Europa.



Figura 17: *irmão Cordeiro* (o segundo da esquerda pra direita); *Jonas Savimbi* (no centro) ao lado do representante da *Cruz Vermelha* – 1982.
Fonte: Arquivo pessoal disponibilizado por Leandro Pimenta.



Figura 18: *Alberto*, *Álvaro* e *irmão Cordeiro* com representantes da *Cruz Vermelha* – 1982.
Fonte: Arquivo pessoal disponibilizado por Leandro Pimenta.

seqüestro

UNITA liberta reféns brasileiros

Presos durante oito meses em Angola, eles voltam graças à Cruz Vermelha



Paula Pace

Alberto e Maria das Graças, Waldeci e Álvaro.

Alegria da chegada não foi suficiente para esconder o sofrimento dos brasileiros presos durante oito meses pelos guerrilheiros da UNITA, que combatem o governo pró-soviético de Angola. Libertados por solicitação da Cruz Vermelha Brasileira ao comandante da UNITA, Jonas Savimbi, o engenheiro Alberto Gentil Pimenta Filho e o topógrafo Álvaro da Cunha Oliveira desembarcaram no Rio procedentes de Johannesburg, no domingo. O terceiro, Romel Costa, seguiu para Brasília.

Cansados e abatidos, com longas barbas e sem nenhum objeto pessoal, Alberto e Álvaro foram recebidos pelas esposas — que também estavam na África, mas não foram capturadas, pois, como precaução diante do avanço da UNITA, as mulheres foram deslocadas da Fazenda Longa, onde os brasileiros trabalhavam para o governo angolano, para Luanda. O ataque à fazenda começou de madrugada, com rajadas de metralhadoras e invasão das casas. Alguns foram mortos, outros fugiram e muitos capturados. Então começou a longa caminhada até Jamba, uma superbase secreta, em meio à selva africana.

Foram 44 dias de marcha forçada a pé e sete de caminhão. Os pés de Alberto sangravam,

enrolados em tiras de sua camisa. No acampamento, contudo, foram muito bem tratados e nunca foram ameaçados pelos guerrilheiros. As esposas logo entraram em contato com a Cruz Vermelha e durante as negociações não perderam as esperanças, mesmo quando a BBC de Londres informou que as boas relações do Brasil com o governo do MPLA, de Angola, poderiam evitar a libertação.

Politicamente, a UNITA nada tinha contra os dois brasileiros. O único interesse do ataque era desestabilizar o governo. Quanto ao terceiro, Romel Costa, a história foi um pouco diferente. Ele havia sido condenado a nove anos de prisão pelo governo local e sua captura aconteceu três meses depois, num campo de concentração, o que para ele acabou significando uma libertação. Mavy d'Aché Assumpção Harmom, presidente da Cruz Vermelha Brasileira, disse que as negociações com Jonas Savimbi foram tão proveitosas, que se espera a qualquer momento novas libertações de prisioneiros, de diversos países.

Tudo está bem, quando termina bem. Agora, depois de um período de descanso junto com a família, os brasileiros voltarão a trabalhar, mas na África nunca mais.

Francisco Pimenta

Figura 19: No Rio de Janeiro desembarcam os brasileiros libertados pela UNITA.

Fonte: Arquivo pessoal disponibilizado por Leandro Pimenta.

6 Considerações Finais

A partir do desenvolvimento deste trabalho sobre a guerra civil em Angola e suas condicionantes socioespaciais, podemos observar as grandes mudanças ocorridas neste país ao longo de vários anos de instabilidade social, política e econômica. Angola, um país colonizado pelos portugueses e que sofreu inúmeros problemas decorrentes dessa condição, lutou arduamente contra as mazelas exploratórias de um período onde as grandes potências marítimas (Portugal e Espanha) apenas consumiam o que era de mais valor em suas colônias, exploração essa se deu tanto sobre o território e seus recursos, quanto sobre os seres humanos, tornados escravos e, desse modo, mercadorias. Em um período mais recente – meados do século XIX – em que várias colônias espalhadas pelo mundo ficaram independentes, Angola também não fugiu a essa condição, o que envolveu grupos anticoloniais lutando juntos contra o colonialismo do governo ditatorial fascista português. Desse modo, surgem os três maiores partidos de contestação do período ditatorial Salazarista; o MPLA, a UNITA e o FNLA, comandados por intelectuais que buscavam uma Angola livre e independente. Com a queda desse regime em Portugal, os angolanos conseguem sua tão sonhada autonomia. Porém, o país foi submetido à outra condição bem mais complexa, situando-se no campo de forças geopolíticas do embate entre as duas maiores potências da Guerra Fria (EUA e URSS), que lutavam entre si pela hegemonia político-econômica global. Um dos três grupos de libertação (MPLA) expulsa os outros partidos do governo de transição e se vincula à ideologia Russo-Cubana. Assim, nasce um novo conflito, onde os outros grupos se juntaram contra esse novo regime.

Dessa maneira, a guerra civil se instala em Angola, e a busca pelo poder e controle do território é a nova dinâmica socioespacial em que esse país se encontra. Agora, o espaço angolano é (re)configurado sob a ótica do novo contexto mundial, que foi bem mais avassalador, causando ainda mais pobreza e destruição. Já cansados com mais um momento de ditadura e repressão, a UNITA – apoiada pelos EUA – estabelece uma guerra no país lutando ferrenhamente contra esse novo governo. Entretanto, a sociedade angolana é a que mais sofreu com esse conflito, que aprofundou os problemas do país em todos os sentidos: social, político, econômico, e logo, espacial. É nesse contexto que Alberto Pimenta – que foi capturado pela UNITA – se insere, uma vez que foi morar em um país para atuar em projetos agropecuários do governo, país que se encontrava imerso numa guerra civil e submetido a um regime ditatorial, com toda sorte de implicações negativas, dentre elas podem-se destacar a

supressão da liberdade, o desenvolvimento de uma vida cotidiana marcada pelo medo e pela insegurança, e o aumento substancial da pobreza e da desigualdade.

No início do século XXI, Angola com uma ditadura mais enfraquecida – principalmente depois da queda da União Soviética e com a morte do líder da UNITA Jonas Savimbi em 2002 – abre suas portas economicamente, o governo afastou-se da linha marxista e passou a implantar medidas para transformar a economia centralizada em economia de mercado, entrando num contexto mundializado, no qual os atores hegemônicos disputam as economias pelo mundo. Com José Eduardo dos Santos (MPLA) no governo, ocorre uma entrada maciça de capital, principalmente nos setores petrolíferos e de mineração, e assim, o país absorve um aporte considerável de investimentos estrangeiros, modificando sensivelmente os parâmetros econômicos do país. Porém, esse grande volume de capital concentra-se, nas mãos de uma minoria da população; população que, em sua imensa maioria, continuou e continua a sofrer com a corrupção, a pobreza e a falta de liberdade. Ainda assim, com um país mais flexível em suas leis, principalmente no setor econômico, grupos e movimentos de intelectuais continuam a lutar por uma nova política socioeconômica.

Portanto, uma nova (re)organização espacial ainda está por vir, até que a política do Estado atue de forma plena para todos, e a sociedade angolana construa condições políticas e institucionais de modo a participar mais direta e ativamente na formulação e no acompanhamento das políticas e decisões que afetam mais diretamente as suas vidas, incluindo-se as relativas à própria produção e organização do espaço. Nesse sentido, o atual governo deverá, de acordo com nossa visão, flexibilizar ainda mais as leis do país e redistribuir, de forma mais igualitária e justa, as riquezas que estão concentradas nas mãos das grandes empresas privadas e dos políticos, para assim, canalizar esse investimento em saúde, educação, emprego e melhores condições de vida à população. Lembrando que, a corrupção deve ser extinta do universo político angolano, e as vozes que ecoam do clamor popular devem ser ouvidas por esse governo, que infelizmente só considera os apontamentos dos organismos internacionais e dos grandes agentes econômicos. Não há um efetivo desenvolvimento social se os angolanos não receberem a devida atenção. Um pouco já está sendo feito; com geração de empregos em setores da construção civil, mineração, agricultura, pecuária e acordos comerciais com vários países, incluindo o Brasil. Mas ainda assim, falta muito para que os resquícios de muitos anos de exploração e guerra tornem essa Angola uma nação livre, democrática e verdadeiramente dos angolanos.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geopolítica do Brasil**. Campinas: Papirus, 2001, p. 63-84.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Imperialismo e Fragmentação do Espaço**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p. 15-101.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 17-37.

HAESBAERT, Rogério; GONÇALVES, Carlos, W. P. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Unesp, 2006, p. 11-83.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p. 35-78.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

LINHARES, Maria Yedda. **A Luta Contra a Metrôpole: Ásia e África**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MACEDO, José de. **Autonomia de Angola**. 2. ed. Lisboa: Leiria, 1910, p. 8-83.

MAGNOLI, Demétrio. **Relações Internacionais: teoria e história**. São Paulo: Saraiva, 2004.

MATTOS, Carlos de Meira. **A Geopolítica e as Projeções do Poder**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977.

MENEZES, Solival. **Mamma Angola**: Sociedade e Economia de um País Nascente. São Paulo: Edusp, 2000.

RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2009a, p. 21-140.

SANTOS, Milton. **Economia Espacial**: Críticas e Alternativas. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2003., p. 15-188.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2009b, p. 25-74.

SAVIMBI, Jonas Malheiro. **Angola**: a resistência em busca de uma nova nação. Lisboa: Agência Portuguesa de Revistas, 1979.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

VESENTINI, José William. **Nova Ordem, Imperialismo e Geopolítica Global**. Campinas: Papirus, 2003, p. 13-122.

WOLKMER, Antônio Carlos. **O Terceiro Mundo e a Nova Ordem Internacional**. São Paulo: Ática, 1989, p. 10-65.